

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**CONSIDERAÇÕES ACERCA DA FORMAÇÃO DO PREÇO
NO MERCADO INTERNACIONAL DO PETRÓLEO**

TATIANE ROSALINA DE OLIVEIRA

Florianópolis (SC), Outubro, 2009

Tatiane Rosalina de Oliveira

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DETERMINAÇÃO DO PREÇO NO MERCADO INTERNACIONAL DO PETRÓLEO

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

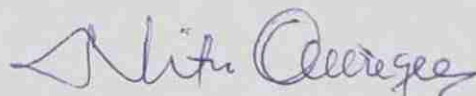
Orientador: Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques

Florianópolis (SC), Outubro, 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Esta monografia foi julgada adequada e a banca examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 à
aluna Tatiane Rosalina de Oliveira na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Banca Examinadora:



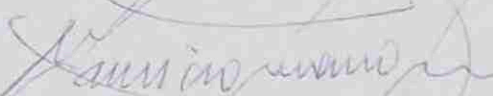
Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques

Presidente



Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei

Membro



Prof. Dr. Maurício Simiano Nunes

Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais que estiveram sempre presentes com seu amor, apoiando-me e incentivando-me, sentindo-se felizes e realizados com as minhas conquistas.

Ao Eduardo e ao Vinícius pelo carinho, paciência e compreensão durante todo período acadêmico, e por terem entendido, por vezes, a minha ausência.

Aos novos e verdadeiros amigos que fiz na universidade. Ao André Redivo, que além do seu bom humor, me ajudava com companheirismo, bondade e inteligência naquilo que fosse preciso. À Flavia que se mostrou uma pessoa especialmente cativante, estendendo seu amor e sua bondade não só a mim, mas também àqueles que me rodeiam.

Ao meu orientador, professor Nildo Ouriques por sua dedicação, paciência, atenção e, pela sua contribuição intelectual não apenas neste trabalho, mas durante todo este percurso, mostrando-se preocupado com o aprendizado do aluno.

A todos os meus familiares e amigos que torceram por mim, em especial, ao Rodrigo dos Anjos e minha tia Nane.

Ao professor Lauro Mattei pelos ensinamentos e pela atenção despendida aos seus alunos.

Quero dividir com todos os eventuais méritos deste trabalho. Naturalmente, as falhas remanescentes serão de minha inteira responsabilidade.

"O Desafio da modernidade é viver sem ilusões, sem se tornar desiludido".
A. Gramsc

Resumo

Este trabalho de conclusão de curso de Ciências Econômicas tem como objetivo principal fazer uma apreciação acerca da determinação do preço no mercado internacional do petróleo. Para tanto, primeiramente faz-se a apresentação da dialética materialista como método de análise desse estudo. Num segundo momento, apresenta-se uma revisão teórica analítica de formação do preço a partir das concepções neoclássica e marxista, as quais oferecerão um aporte para as considerações e conclusões finais deste estudo. Em seguida, apresenta-se o contexto histórico acerca da determinação do preço, delineando o comportamento volátil do preço do petróleo ligado, historicamente, a um conjunto de relações geopolíticas, econômicas, financeiras e de poder, desvinculando-se de um caráter unilateral e simplista de equilíbrio entre oferta e demanda. O trabalho segue com a apresentação da evolução histórica do preço internacional do petróleo e a indicação dos principais eventos que caracterizam um momento específico, fundamentalmente, marcado pela presença do imperialismo estadunidense em regiões consideradas vitais aos seus interesses energéticos. Por último, o trabalho apresenta a formação do preço do petróleo no Brasil e sua evolução histórica.

Palavras-Chave: petróleo, preço, volatilidade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Divisão das Reservas Mundiais de Petróleo.....	48
Figura 2. Projeção da Demanda Mundial de Petróleo.....	54
Figura 3. Evolução histórica do preço nominal do barril do petróleo e principais eventos do período de 1970 a 2008.....	65
Figura 4. Comparação do comportamento do preço do barril do petróleo brasileiro e internacional no período 1970 a 2008.....	67
Figura 5. Evolução dos custos e preço do petróleo brasileiro no período de 1999 a 2008.....	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Reservas, produção e exportação de petróleo da OPEP.....	47
Tabela 2. Projeção da demanda mundial de petróleo de 2008 até 2030.....	53
Tabela 3. Preço nominal do barril de petróleo e os principais eventos do período de 1970 a 2008.....	60
Tabela 4. Preço do barril do petróleo no Brasil no período de 1970 a 2008.....	66
Tabela 5. Custos de produção de petróleo brasileiro no período de 1999 a 2008.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEG.....	Allgemeine Electricitaets Gesellschaft
ANP.....	Agência Nacional de Petróleo e Gás
BNDES.....	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
CIF.....	Cost, Insurance, Freight
CIP.....	Conselho de Imposição de Preço
EMBRACO.....	Empresa Brasileira de Compressores S/A
EIA.....	Energy Information Administration
FOB.....	Free On Board
GE.....	General Electric Company
IEA.....	International Energy Agency
IGE.....	International General Electric
IPE.....	International Petroleum Exchange
NYMEX.....	New York Mercantile Exchange
OCDE.....	Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico
OPEC.....	Organization of the Petroleum Exporting Countries
OPEP.....	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PDVSA.....	Petróleo da Venezuela S/A
REP.....	Reservas Estratégicas de Petróleo
URSS.....	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.2 Objetivos.....	16
1.2.1 Geral.....	16
1.2.2 Específicos	16
1.3 Justificativa.....	16

CAPÍTULO II

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1 Método da dialética.....	19

CAPÍTULO III

3 REVISÃO TEÓRICA ANALÍTICA SOBRE A FORMAÇÃO DO PREÇO.....	23
3.1 Interpretação Neoclássica de formação do preço.....	23
3.1.1 Considerações acerca da teoria neoclássica.....	28
3.2 Crítica à interpretação Neoclássica.....	30
3.2.1 Evidencia empírica.....	30
3.2.1.1 O cartel de lâmpadas elétricas.....	30
3.2.1.2 O caso Cònsul.....	32
3.3 Observações críticas.....	34
3.4 A determinação do preço em Marx.....	35

CAPÍTULO IV

4 CONTEXTO HISTÓRICO ACERCA DA FORMAÇÃO DO PREÇO INTERNACIONAL DO PETRÓLEO.....	41
4.1 Introdução.....	41

4.1.2 Sobre a determinação histórica do preço do petróleo.....	42
4.1.2.1 Sobre a alta do preço do petróleo.....	52
4.2 Conclusão.....	56

CAPÍTULO V

5 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PREÇO DO PETRÓLEO.....	59
5.1 Sobre o comportamento do preço internacional.....	59
5.2 Sobre o preço do petróleo no Brasil.....	65

CAPÍTULO VI

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
-----------------------------	----

REFERÊNCIAS.....	71
------------------	----

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO

Desde o século XIX e ao longo do século XX, o petróleo surgiu como um novo recurso energético no cenário econômico internacional. Dados confiáveis atestam que, pelo menos nas próximas décadas o petróleo será a principal fonte de energia do mundo. Como por capricho, o petróleo não está onde se deseja, mas onde a natureza o criou. Em virtude disso, o controle e o acesso a esse recurso natural e aos territórios os quais esse recurso se encontra, tem sido o motivo de inúmeros conflitos geopolíticos, invasões, golpes de estado, guerras, etc.

A firmação do petróleo como a principal fonte energética para o mundo, tem surgido no cenário petroleiro em meio aos interesses contraditórios e, por vezes, antagônicos, de seus atores – países proprietários de petróleo; os produtores de petróleo; países consumidores; e o governo -, uma disputa imperiosa por este recurso por meio de estratégias econômicas, geopolíticas e de poder.

O ponto de partida para a produção petroleira mundial foi a propriedade pública. Através do sistema internacional de concessões, os países proprietários deste recurso consentiam às companhias petroleiras internacionais o direito de exploração e exportação do petróleo que, por conseguinte, ditavam o preço no mercado internacional. A presença das companhias petroleiras, maioria estadunidense, nos territórios abundantes em petróleo aguçava os interesses de seus países de origem, dos quais a maioria delas não se desvinculava. (FIELD, 1975). Não apenas por este motivo, comumente o preço do petróleo no mercado mundial girava em torno do preço do petróleo estadunidense. Fundamentalmente, o preço do petróleo no mercado internacional era contado por “fórmulas” que asseguravam a competitividade do petróleo estadunidense em toda parte. (FUSER, 2008).

De acordo com Fuser (2008), enquanto os Estados Unidos ocuparam a posição de grande produtor de petróleo até 1947, o preço do petróleo no mercado mundial era reflexo da igualdade entre o preço Cost, Insurance, Freight (CIF) do petróleo de todo o mundo, ao preço Free on Board (FOB) do petróleo estadunidense somando-se ao custo de transporte. Quando os Estados Unidos passaram à posição de importadores de petróleo, logo após a segunda guerra, uma nova “fórmula” para calcular o preço foi adotada, na qual, o preço FOB dos países exportadores era igual ao preço CIF dos Estados Unidos descontando o custo dos

transportes dos países exportadores. Ao fim e ao cabo, qualquer que fosse a origem do petróleo produzido, o preço do petróleo no mercado mundial era fixado a partir do preço do petróleo estadunidense, cujo custo de produção era maior, comparado ao custo de produção de petróleo no Oriente Médio, assegurando dessa forma a competitividade do petróleo estadunidense em qualquer parte do mundo.

A reação contra as companhias internacionais de petróleo nasceu de um grau de nacionalismo político e econômico diante da percepção de perda com as concessões de produção e exploração do petróleo às companhias petroleiras, que ditavam um preço alto no mercado. Deste modo, muitos países tomaram o controle de sua própria produção e restringiram a liberdade de ação destas companhias para operarem dentro de seus territórios. (FIELD, 1975). Esta reação nacionalista, de acordo com Mommer (2003), surgiu primeiramente nas maiores nações latino-americanas que buscavam sua independência econômica daquilo que elas consideravam ser um aspecto do imperialismo estadunidense. Ainda de acordo com o autor, a ação adotada pelos países produtores contra as companhias que operavam as concessões em seus territórios tinha a finalidade de preservar o que eles achavam ser seus interesses políticos e econômicos. Dentre outras coisas, os grandes países produtores insistiam principalmente em receber uma porção maior dos lucros advindos da produção do petróleo.

No início do pós segunda guerra, os países produtores conseguiram manter seus objetivos, face ao aumento da demanda por petróleo a níveis de preços muito elevados praticados pelas companhias internacionais. Contudo, esta situação favorável rompeu-se sob o impacto do excesso de produção mundial e consequente baixa no preço. Os países produtores logo se certificaram de que as companhias podiam concentrar suas atividades em territórios em que fosse mínima a interferência dos governos, o que não tardou a acontecer. Diante do excesso potencial de petróleo e da forte necessidade de estimular a demanda, as companhias petroleiras reduziram o preço do petróleo. Tais reduções diminuíram as rendas dos governos que, em sua maioria, eram calculadas nos preços afixados.

A criação da OPEP em 1960, por iniciativa da Venezuela, resultou da necessidade coletiva de aumentar o poder de barganha dos países produtores. Até 1970, porém, a OPEP não tinha conseguido introduzir um mecanismo para controlar e regular a produção do petróleo nos países membros. Somente em dezembro daquele mesmo ano que os países produtores entraram em um acordo de ação coletiva para contornar a tendência a baixa dos preços.

Ao longo do tempo o comportamento do preço do petróleo tem sido volátil. A volatilidade que em primeira análise se apresenta meramente como movimentos da oferta e demanda, esconde fatores imanentes à sua causa. A compreensão da volatilidade do preço do petróleo pode ser obtida por meio da análise da complexa multiplicidade de fatores que suscita dos aspectos naturais, políticos, econômicos e de poder, com desdobramentos em impactos nas relações internacionais. (JALIFE-RAHME, 2005)

No que concerne à clássica oferta e demanda, embora considerada um fator relevante para determinação do preço do petróleo, especialmente quando se refere à alta do preço, em que ocorre o incremento na demanda em um momento em que a oferta se encontra limitada, não deve categoricamente ser considerada o ponto crucial. Não obstante, os fatores climáticos, como os furacões e, ainda as expectativas futuras de queda na produção das reservas de petróleo que propiciam à redução da oferta num momento de crescente demanda, em última análise, a oferta e a demanda de petróleo se desenvolvem em um marco de referência geopolítico e geoeconômico. (JALIFE-RAHME, 2005). Contudo, é comum não se perceber de imediato tais aspectos e o jogo de interesse existente. Faz-se alusão à geopolítica como a significativa disputa de poder exercido nas regiões em que o petróleo se encontra, geralmente por meio de estratégias militares como as atribuídas à presença do imperialismo estadunidense em territórios abundantes de petróleo, cujo intuito é ter acesso e controle ao petróleo, para assegurar suas necessidades energéticas. Enquanto ao marco geoeconômico refere-se à estratégia, não militar, por meio da qual uma específica economia é capaz de manipular os recursos petrolíferos em busca de um fim particular.

Pouco se sabe, por exemplo, que os Estados Unidos aumentaram suas Reservas Estratégicas de Petróleo (REP) em plena capacidade de 700 milhões de barris em 2001, em um momento em que a demanda por petróleo tem aumentado acentuadamente, especialmente, devido à ascensão dos países asiáticos. Em outras palavras, o aumento da REP dos Estados Unidos causou uma “retração” da oferta de petróleo num momento em que ocorria um forte incremento na demanda, refletindo no aumento do preço do petróleo no mercado. Recordar-se ainda, da aliança entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita que nos anos 80, promoveram uma forte redução no preço do petróleo prejudicando a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). De acordo com Jalife-Rahme (2005), alguns estudiosos consideram a redução do preço o fator determinante para o colapso do império soviético dado que era dependente dos retornos petrolíferos. Por esta razão, se pode deduzir, que não existe uma oferta e demanda propriamente dita de petróleo, cuja dimensão estratégica tem sido usada magistralmente pelos Estados Unidos. (JALIFE-RAHME, 2005).

Existe uma delicada questão acerca do jogo geopolítico, que por consequência, tem influenciado na cotação do preço do petróleo. A presença militar dos Estados Unidos nos territórios abundantes em petróleo é, senão, interesse estadunidense em manter o domínio em relação à produção petroleira nestes países. (FUSER, 2008). Em razão de ser o maior consumidor mundial e de hoje terem pequenas reservas de petróleo, os Estados Unidos para saciar sua sede de petróleo, estrategicamente, estão presentes no Oriente Médio, onde se encontra 65% da produção mundial. A presença dos Estados Unidos numa região de tamanha importância petroleira é assegurada por estratégias geopolíticas, com ataques à Al Qaeda na Arábia Saudita, acusação de produção de armamento nuclear no Iraque e no Irã, entre outros.

A recente descoberta de petróleo marítimo na costa brasileira, localizado abaixo da camada de sal, assinala um contraponto às projeções futuras de redução da oferta de petróleo decorrentes, fundamentalmente, da diminuição da produção dos poços petroleiros em todo o mundo.

De acordo com o que é noticiado, as estimativas oscilam entre 30 e 300 bilhões de barris no petróleo marítimo. Se pelo menos a metade dessa estimativa for confirmada, somada aos 14 bilhões de barris já provados, permitirá ao Brasil atingir às reservas atuais da Rússia e da Venezuela - aproximadamente 80 bilhões e 172 bilhões de barris de petróleo, respectivamente - atingindo sua independência energética. As expectativas são de que com a nova descoberta de petróleo o Brasil se torne o segundo maior produtor mundial.

A notícia da mega descoberta causou um “frenesi” nacional diante de tamanha riqueza, embora ainda não mensurada. Mas, os desafios para a exploração do petróleo marítimo são muitos. Incontestavelmente, o maior deles é o custo de produção, manifestado na necessidade de dispor de tecnologia para sugar o petróleo encravado em rochas a mais de 5000 metros de profundidade.

Não obstante a necessidade de alta tecnologia que, por conseguinte se traduz em elevados custos de produção, há uma importante discussão a cerca dos riscos que o país pode sofrer diante de tamanha riqueza, caso ela não seja bem gerida. As jazidas de petróleo são enormes, mas, os interesses também são muitos.

Entre a discussão sobre a mudança do marco regulatório para a exploração do petróleo, pauta-se a importância de que o “petróleo seja nacional”, para que não se permita, o que seria um erro descomunal, a exploração pelas companhias petroleiras via acordos de concessões impedindo que o país exerça o poder sobre seu patrimônio. É necessário não apenas garantir a soberania nacional sobre o petróleo, mas, também é preciso ter transparência e instituições públicas efetivas que atendam as necessidades dos cidadãos para que o lucro

petroleiro se reverta em bem estar social. Em suma, para evitar o que se chama de “maldição” dos recursos naturais, em que países riquíssimos em petróleo são paupérrimos no restante, como é o caso da Nigéria.

Em meio às discussões de que o “petróleo deve ser nosso” existe a preocupação com o imperialismo estadunidense, que é o maior consumidor de petróleo, e que consegue em todas as Américas apenas 35% do petróleo que consome, razão pela qual estão presentes no Oriente Médio. Num momento em que vários prognósticos apontam para a escassez do petróleo num futuro não muito distante, a mega descoberta do petróleo marítimo brasileiro aguça os interesses de todo o mundo. Assim, levando em consideração o contexto histórico de conflitos geopolíticos e disputa de poder no qual o petróleo está inserido, não seria espantoso, embora inoportuno, que o Brasil fosse alvo de uma forte geopolítica estratégica, sob alegações de que parte do petróleo marítimo se encontra fora do espaço brasileiro gerando reivindicações internacionais. Estes argumentos poderiam servir de âncora para justificar a presença no Brasil de importantes países interessados no petróleo marítimo brasileiro.

Neste contexto, a complexidade do cenário petroleiro reflete na cotação do preço do petróleo não apenas com uma racionalidade econômica. O preço do petróleo é, sobretudo, o resultado de outras motivações econômicas e políticas. A característica singular do preço do petróleo é, sem dúvida, o exercício do imperialismo estadunidense sobre os grandes produtores de petróleo em todo o mundo. Porém, para se compreender a volatilidade do preço faz-se necessário analisar, em que medida o “emaranhado” de fatores: naturais, geopolíticos, financeiros e econômicos, estão presentes na formação do preço, para que não se trate o preço do petróleo apenas sob a ótica econômica unilateral, oferta e demanda, incapaz de elucidar a ocorrência de outros fenômenos. Este é o principal objetivo desta investigação.

O trabalho inicia-se com a apresentação dos objetivos e justificativa do estudo. O passo seguinte refere-se à fundamentação teórica em que se utiliza o método da dialética como orientação metodológica.

Segue-se com uma revisão teórica analítica sobre a formação do preço utilizando-se das teorias neoclássica e marxista, onde também se apresenta uma crítica à teoria neoclássica por meio de uma evidência empírica.

Posteriormente, sob um estudo mais detalhado realiza-se a apresentação da totalidade histórica da formação do preço elucidando os fatores determinantes e primordiais à volatilidade do preço do petróleo ao longo do tempo.

No capítulo seguinte realiza-se a apresentação do comportamento histórico evolutivo do preço no mundo e no Brasil.

O trabalho encerra-se com as considerações finais representadas pelo comentário fundamental à compreensão do estudo e da forma de como o preço do petróleo é determinado. Seguem-se às considerações, as referências bibliográficas adotadas.

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

Devido à importância do petróleo como a principal fonte de energia para o mundo e, diante dos inúmeros interesses contraditórios dos atores no cenário petrolífero mundial, faz-se uma apreciação crítica de como se forma o preço do petróleo na economia mundial, tendo como ponto de partida uma interpretação teórica de determinação do preço, quais sejam: neoclássica e marxista.

1.2.2 Específicos

- Apresentar as linhas de interpretação de determinação de preço: Neoclássica e Marxista;
- Estudar o comportamento histórico dos preços do petróleo na economia mundial;
- Apontar os fatores determinantes dos preços do petróleo;
- Apresentar graficamente a evolução histórica dos preços da mercadoria;
- Apresentar a evolução do preço do petróleo no Brasil.

1.3 Justificativa

O petróleo surgiu como nova fonte de energia no século XIX. Desde então, o acesso e o controle ao petróleo em regiões onde se encontra, tem sido motivo de estratégias políticas e econômicas no cenário energético internacional. Em virtude disso, o preço do petróleo ao longo do tempo tem se moldado conforme as ações dos agentes interventores neste mercado.

Como no início das primeiras descobertas de jazidas, a exploração e produção do petróleo eram realizadas pelas companhias petroleiras internacionais sob o regime de concessão, estas definiam o preço do petróleo no mercado, pagando aos governos concessionários à exploração, uma taxa ínfima de royalties sobre os recursos petrolíferos. Porque a maioria das companhias petroleiras era estadunidense, o preço do petróleo, geralmente, era cotado de acordo com o preço do petróleo produzido nos Estados Unidos. A simples presença das companhias petroleiras estadunidenses na área de concessão, conformava a ação imperiosa de seu país de origem nestes territórios.

Os preços praticados pelas companhias petroleiras lhes permitam altos lucros sobre o petróleo, enquanto que, os países concessionários, proprietários do petróleo, perdiam com a exploração. Diante da percepção de perda com a exploração petroleira, os países concessionários seguindo uma reação nacionalista, manifestaram a vontade em obter a liberdade política e econômica daquilo que eles consideravam ser um aspecto do imperialismo estadunidense. Assim, reunidos na OPEP em 1960, esses países buscaram aumentar seu poder de barganha interferindo na formação dos preços, limitando as ações das companhias petroleiras. Mas, apenas em 1970, a OPEP conseguiu impor, efetivamente, sua política de preços que durou até 1983.

O grande interesse no petróleo pelos Estados Unidos fez com que intervissem no Oriente Médio, com mais intensidade ainda, nos anos 80, buscando assegurar suas necessidades energéticas. A presença do imperialismo estadunidense no Golfo Pérsico enfraqueceu a política de determinação do preço da OPEP, o qual passou a ser reflexo dos interesses estadunidenses.

Com efeito, as intervenções dos atores intervenientes no mercado, sobretudo a presença do imperialismo estadunidense no cerne do cenário petrolífero tem influenciado na cotação do preço internacional do petróleo. Além disso, Jalife-Rahme (2005) reúne outros fatores que devem ser levados em conta na formação do preço, como o esgotamento do petróleo, por exemplo. A ameaça de escassez tem ocasionado a busca na diversificação de fornecedores pelos países consumidores. O Brasil, por sua vez, caminha no sentido de sua independência energética com as novas descobertas de petróleo marítimo. Assim sendo, a formação do preço e seu comportamento volátil só podem ser elucidados pela análise conjunta dos múltiplos fatores que os compõem.

Neste contexto, o mercado petrolífero difere em muitos aspectos dos considerados pela teoria neoclássica. A organização do mercado se dá por uma dinâmica que reflete a relação de força entre os agentes do mercado capazes de interferir no quadro das relações

internacionais, políticas e econômicas. Por isso, a análise de como se forma o preço internacional do petróleo não pode ser tratada de forma simples. A maneira como o preço é insistentemente apresentado, sob o equilíbrio entre a oferta e a demanda é, apenas, a visão unilateral da formação do preço, a parte fenomênica. Pois, embora seja um fator importante para a análise do preço, o ajuste entre a oferta e a demanda escamoteia os fatores inerentes e importantes à formação do preço internacional.

Assim, partindo de uma análise crítica daquilo que é informado acerca de como se forma o preço do petróleo e como oscila no mercado internacional, o resultado deste estudo contribuirá para a compreensão de que o preço do petróleo internacional não pode ser determinado unicamente pela forma simplista e unilateral do equilíbrio entre a oferta e demanda.

CAPÍTULO II

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Método da Dialética

O método da dialética materialista é o meio pelo qual a teoria marxista analisa a economia política. É o aporte crucial em toda a obra de Karl Marx para analisar a economia política e chegar à compreensão e ao conhecimento da realidade. De acordo com Marx, a análise deve partir de uma situação concreta, dirigir-se ao abstrato e posteriormente retornar ao concreto, sob uma ótica diferenciada da inicial. O concreto é para Marx a análise das várias determinações que são pertencentes a um todo. É o que aparentemente é tido como o resultado, a conclusão, o fim. No entanto, para chegar ao concreto é importante que se considere o ponto de partida, visto que, de acordo com o autor, a categoria mais simples pode representar as relações dominantes de um todo não desenvolvido, ou ainda relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, relações que já existiam historicamente antes que o todo se representasse por uma categoria mais concreta. O método da dialética é interpretado por Marx, como a via necessária para demonstrar a verdade dos fenômenos aparentes que constituem o sistema, decompondo o todo para que possa posteriormente compreender o todo estruturado.

Com efeito, o filósofo tcheco Karel Kosik, expõe em sua obra *Dialética do Concreto* que a realidade não se manifesta imediatamente ao homem e que para chegar à compreensão do todo há a necessidade de um esforço possível de distinguir a representação do concreto e seu conceito. O conceito para Kosik (2002) é a compreensão da coisa. De acordo com o autor, isoladamente é impossível ter a compreensão correta das coisas e da realidade. Quando o indivíduo opera ignorando a complexidade e a relação dos fenômenos, realiza a *práxis* fetichizada, isto é, o mundo é aparentemente real, o mundo da pseudoconcreticidade. O mundo da pseudoconcreticidade é constituído pelo complexo de fenômenos com regularidade, imediatismo e evidência.

Na pseudoconcreticidade, segundo Kosik (2002, p.15), “o fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de

modo inadequado, parcial ou sob certos ângulos e aspectos”. Assim sendo, a compreensão do todo é, segundo o autor, conhecer a essência. Como a essência não se manifesta direta e imediatamente, tal qual o fenômeno, esta é, a razão de ser do método.

Kosik (2002) afirma que o homem sempre vê mais do que aquilo que percebe imediatamente, do que a forma fetichizada. Contudo, para compreender a coisa em si, é preciso conhecer o todo. O conhecimento do todo se dá pela sua decomposição, ou seja, pela separação do fenômeno e essência, demonstrando o caráter específico da coisa.

Quando ocorre a distinção entre o mundo da aparência e da realidade, pondera o autor, o pensamento capta a coisa em si. A destruição da pseudoconcreticidade que o pensamento dialético efetua ao dissolver o mundo fetichizado da aparência, não nega a existência dos fenômenos, mas, destrói a sua naturalidade e pretensa originalidade, demonstrando seu caráter mediato e derivativo.

A realidade da qual o homem se apropria antes de tudo, é para o autor, apenas parte de um todo. O todo, que não é explicitamente percebido, reflete apenas o que é visto em sua singularidade. Embora seja imediatamente acessível ao homem, o todo, aparece como algo caótico e obscuro. Deste modo, afirma o autor: “a destruição da pseudoconcreticidade é o processo de criação da realidade concreta e a visão da realidade, da sua concreticidade”. (KOSIK, 2002, p. 24).

Considerando que a aparência fenomênica não é *radicalmente* diferente da essência, expõe o autor, o método dialético deve ter o cuidado de manter uma relação de identidade durante todo o raciocínio entre o ponto de partida da análise e o resultado, sob pena de que se o pensamento se perder no caminho, o resultado alcançado será uma falsa concreticidade. Ao concluir o movimento – partir do concreto, dirigir-se ao mundo abstrato e retornar ao ponto inicial - o pensamento chega a algo diverso daquilo que tinha partido. Para Kosik (2002), o movimento realizado entre a representação do todo e a totalidade da multiplicidade das determinações e relações, coincide com a compreensão da realidade. Em suas palavras, a realidade,

É um processo de *concretização* que precede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade; e justamente neste processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos entram em movimento *recíproco* e se elucidam mutualmente, atinge a concreticidade. (KOSIK, 2002, p. 50)

Apesar de a totalidade compreender a realidade nas suas íntimas leis revelando as conexões internas dos fenômenos, não pode ser interpretada, erroneamente, como um todo que é superior as partes. Ao mesmo tempo, também não implica em um pressuposto de que tudo está ligado com tudo. A concepção dialética da totalidade, da qual Marx se apossou como um dos conceitos da dialética materialista, é também interpretada por Kosik (2002), como uma realidade de um todo estruturado que possa ser racionalmente compreendido. Os fatos são conhecimento da realidade, segundo o autor, se são compreendidos e entendidos quando inseridos num todo dialético, como parte de um todo, que o condiciona. Marx reitera o ponto de vista de pesquisa dialético exemplificando: “O operário que compra mercadorias por três xelins aparece ao vendedor na mesma função, mesma igualdade – sob a forma dos três xelins – que o rei, quando realiza a mesma operação. Toda diferença entre eles é eliminada.” (MARX, *apud* KOSIK, 2002, p. 63). Aparentemente, as diferenças existentes entre o operário e o rei são eliminadas. No entanto, o fenômeno apenas mascara as relações de exploração e desigualdade.

A compreensão da dialética da totalidade demonstra não apenas a relação e a interação entre os fatos em si e com o todo, mas, sobretudo, torna evidente que o todo não pode ser petrificado na abstração situada sobre as partes, visto que o todo se cria na interação das partes. O que está explícito no princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo, podendo definir a si próprio e o todo. A recíproca conexão entre a parte e o todo significa que os fatos isolados são abstrações, do mesmo modo que, o todo em que os momentos não foram diferenciados e determinados, é um todo abstrato e vazio. (KOSIK, 2002).

Ao conhecer o conteúdo objetivo dos fatos, através da crítica, da interpretação e da avaliação, o homem detém o conhecimento do caráter histórico do fenômeno, da autêntica objetividade histórica. O conteúdo objetivo dos fatos é, para Kosik (2002), fator crucial para o conhecimento da realidade histórica. Assim sendo, a totalidade concreta como concepção dialético-materialista do conhecimento do real, implica na destruição da pseudoconcreticidade, do conhecimento histórico do fenômeno e enfim, do conhecimento do conteúdo objetivo e significado do fenômeno e do lugar histórico que ele ocupa. (KOSIK, 2002).

O método materialista de decomposição do todo e de investigação além dos aspectos fenomênicos é imediatamente percebido por Kosik (2002), ao analisar a estrutura de *O Capital* de Karl Marx. Logo nas frases introdutórias de *O Capital*, Marx afirma que,

A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em 'enorme acumulação de mercadorias' e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza. Por isso, nossa investigação começa com a análise da mercadoria. (MARX, *apud*, KOSIK, 2002, p.177)

Primeiramente, diz o autor, Marx analisa o aspecto fenomênico da mercadoria, portanto o valor de troca, para posteriormente examinar sua essência: o valor. A mercadoria à primeira vista aparece como coisa simples, trivial, abstração. Marx no curso de sua análise demonstra que a mercadoria é algo banal apenas na aparência e ao mesmo tempo é coisa supra-sensível. A mercadoria é o ponto de partida para a análise do capitalismo em *O Capital* porque durante toda a exposição, Marx demonstra a legitimidade e a necessidade deste ponto de partida. Segundo Kosik (2002) para reconhecer a mercadoria como totalidade das determinações abstratas e não desenvolvidas do capitalismo, Marx já devia conhecer o capitalismo como totalidade das determinações desenvolvidas. Este exercício, metodologicamente, denota o descobrimento de uma conexão dialética entre um elemento e a totalidade.

Em última medida, a importância do método materialista de decomposição do todo para compreender o todo estruturado aparece para que se possa mapear o que é aparência e o que é essência. Na verdade, este é o primeiro exercício a ser feito em uma investigação científica. O não reconhecimento da aparência por um determinado estudo científico acaba apresentando-a de forma apologética e assim legitimando-a como a própria ordem vigente.

Por fim, o método dialético de pesquisa exposto nesta seção, cujo objetivo primeiro é compreender e conhecer a realidade como o todo, será utilizado como aporte na investigação proposta neste estudo, ou seja, como se forma o preço no mercado internacional de petróleo. A compreensão da formação do preço do petróleo e de seu comportamento volátil na economia mundial pode ser obtida pela análise da "totalidade" das relações envolvidas neste cenário. Essas relações, no entanto, não podem ser imediatamente reconhecidas como relações causais entre os acontecimentos.

A busca pela compreensão e conhecimento da realidade - formação do preço do petróleo -, proposta neste estudo, sugere antes de tudo um resgate teórico acerca da determinação do preço. Sobre este assunto debruçará o próximo capítulo.

CAPÍTULO III

3 REVISÃO TEÓRICA ANALÍTICA SOBRE A FORMAÇÃO DO PREÇO

Este capítulo discorrerá sobre o referencial teórico analítico do processo de determinação de preços nos mercados de “concorrência perfeita”, monopólio, oligopólio e cartel, baseados especialmente nas interpretações de autores neoclássicos e marxistas.

3.1 Interpretação Neoclássica de formação do preço

De uma forma geral a teoria neoclássica procura analisar a relevância da oferta e demanda na determinação do preço de mercado de um bem.

Inicialmente, para caracterizar o mercado de “concorrência perfeita” ou “mercado perfeitamente competitivo”, Ferguson (1989) tomou por base a falta de concorrência direta entre os agentes econômicos: compradores e vendedores e, descreveu o mercado como um mercado impessoal, isto é, um mercado que não sofre influência direta e específica de um de seus agentes. Além disso, expõe o autor, para caracterizar o “mercado de concorrência perfeita” existem condições que precisam ser consideradas em *conjunto*.

Fundamentalmente, expõe Ferguson (1989), neste mercado, todos os agentes participantes devem ser pequenos, de tal maneira que não possam influenciar na formação do preço; os produtos oferecidos tem de ser homogêneos, pois, assim sendo os consumidores se sentem indiferentes à sua aquisição; todos os recursos tenham a perfeita mobilidade, ou seja, “que cada recurso pode imediatamente entrar e sair do mercado como resposta a impulsos monetários” (FERGUSON, 1989, p.278); e que exista um perfeito conhecimento do mercado pelos consumidores e vendedores, pois, nem sempre existirá um preço uniforme no mercado, e o consumidor poderá adquirir um produto à preço mais alto. Sob todas estas condições, pondera o autor, o mercado de “concorrência perfeita” torna-se impessoal, em que a força da demanda e da oferta é que determina a alocação de recursos.

A premissa de “equilíbrio” entre a oferta e demanda para a determinação do preço no mercado de “concorrência perfeita” ou “mercado perfeitamente competitivo” é corroborado por Pindyck e Rubinfeld (1999) em que não havendo uma intervenção governamental por meio de controles de preços, o preço é determinado pelo auto-ajuste do mercado. Assim sendo, quando a oferta de uma mercadoria é superior à demanda, o mercado se ajusta através de um movimento “involuntário”, pois, diante do excesso de oferta, o preço da mercadoria se reduz até o ponto em que o consumidor se sinta estimulado a adquirir quantidades de produtos a preços mais baixos. Por outro lado, quando a demanda supera a quantidade de mercadoria ofertada, o preço no mercado sofre uma elevação desestimulando a aquisição da mercadoria pelos consumidores, ocasionando a redução da demanda. (PINDYCK; RUBINFELD, 1999). Assim, a teoria neoclássica considera que o preço no mercado de concorrência perfeita é determinado no ponto em que a oferta e a demanda se igualam, no ponto de equilíbrio. Pois, quando não ocorre redução nem excesso na oferta ou na demanda, diz-se que o mercado opera em “equilíbrio” de tal forma que não existe uma “pressão” para que o preço se modifique.

Devido à pequena participação dos produtores e vendedores neste tipo de mercado, ainda que ocorram variações na produção individual, elas não são notadas. Por esta razão, as firmas não detêm o poder de influência na determinação do preço, e adotam-no como premissa. A decisão de produção, neste caso, não tem impacto sobre o preço da mercadoria, sendo as firmas, portanto, tomadoras de preço. (PINDYCK & RUBINFELD, 1999)

Em resumo, a teoria neoclássica considera que todas as condições relevantes, *consideradas em conjunto*, apresentadas anteriormente para caracterizar o mercado de concorrência perfeita, admitem que o preço seja determinado pelo livre “movimento” do mercado. Ou seja, considera-se que o equilíbrio entre a oferta e demanda é que determina o preço no mercado de concorrência perfeita.

O objetivo do “capitalista” é a maximização dos lucros. Como é conhecido, o lucro é determinado pela diferença entre o custo total e a receita total. Partindo dessa premissa, de acordo com Pindyck e Rubinfeld (1999) a maximização do lucro é alcançada quando a diferença entre o custo total para produzir uma mercadoria e a receita obtida por sua venda for a máxima possível. Para tanto, ponderam os autores, é importante considerar que os insumos sejam utilizados da melhor maneira possível na produção, pois, qualquer que seja a variação em um dos insumos utilizados leva diretamente a alterações no custo de produzir a mercadoria acarretando também variações no seu preço.

Deste modo, considerando um mercado de “concorrência perfeita”, ou “mercado perfeitamente competitivo”, o preço de uma mercadoria que maximiza o lucro é determinado

quando o custo de produzi-la for igual à receita obtida na sua venda, isto é, igual ao seu preço. Assim, a maximização dos lucros se dá quando o custo marginal de produção, que é o aumento do custo ocasionado pela produção de uma unidade adicional da mercadoria, for igual à receita marginal, que é o aumento da receita causada pela produção de uma unidade adicional da mercadoria. (PINDYCK; RUBINFELD, 1999).

Diante disto, consideram os autores, a determinação do preço individual de uma mercadoria em um mercado de “concorrência perfeita” é dada pela condição de igualdade entre os fatores: receita marginal e custo marginal. Mas, esta é a condição necessária à formação do preço, mas não é condição suficiente para que se opere com um nível de produção de maximização. Em outras palavras, a igualdade entre o custo marginal e a receita marginal para a determinação do preço no mercado de concorrência perfeita não implica afirmar que o nível de produção é o de maximização. (PINDYCK; RUBINFELD, 1999)

Os mercados de “concorrência perfeita” e monopólio, sob a ótica das vendas ou das receitas, segundo a teoria neoclássica, são opostos. Considera-se que em um monopólio puro - mercado em que existe apenas um produtor para atender muitos compradores -, tal produtor de determinada mercadoria tem o poder de influenciar na determinação do preço, decidindo pelo aumento ou redução, e ainda beneficiar-se do seu controle sem se preocupar com a concorrência. (PINDYCK; RUBINFELD, 1999)

Conforme já mencionado, no mercado de concorrência perfeita o produtor busca a maximização dos lucros produzindo no ponto em que o custo marginal e a receita marginal – que também é igual ao seu preço – são iguais. Contrariamente, no mercado monopolista o preço, ou a receita marginal de um produto excede ao custo marginal. O valor excedente é chamado de percentual do preço e, é dado pelo *markup*. De acordo com Pindyck e Rubinfeld (1999, p. 432) “o *markup* é a diferença entre custo e o preço de venda de uma mercadoria”.

Ainda, de acordo com os autores, o percentual de lucro tem uma relação inversa e negativamente à elasticidade da demanda, isto é, quando a demanda é elástica - diz-se quando um aumento no preço reduz a quantidade demandada - esta variação afeta o *markup* causando a redução também do preço. Assim, quando ocorre uma forte redução na demanda decorrente de um aumento do preço de uma mercadoria, a elasticidade será um número negativo tão grande que o preço resultante será muito próximo ao custo marginal. Em razão disso, ocorre pouco benefício em ser um monopolista quando a demanda for demasiadamente elástica, pois com o custo marginal muito próximo do preço, o mercado monopolizado poderá ter aspecto de um mercado competitivo, o que eliminaria todo, ou quase todo, o lucro do monopolista.

No que concerne ao mercado cartelizado, o acordo coletivo realizado entre várias firmas de um mesmo setor acabam por influenciar na formação do preço. Através de uma combinação, explícita ou não, o cartel tem o intuito de limitar as forças competitivas do mercado visando garantir o lucro combinado (PINDYCK; RUBINFELD, 1999). No entanto, expõem os autores, o cartel geralmente é responsável apenas por parte da produção total de uma mercadoria, devendo levar em conta a reação da oferta daqueles que não participam do conluio para determinar o preço. Quando a produção de uma mercadoria está nas mãos de um único produtor os custos resultantes são geralmente menores do que quando a mesma produção se estende aos produtores rivais, pois uns lutam contra os outros em busca da atenção dos consumidores, aumentando o custo.

Além disso, existem fatores endógenos ao cartel que impossibilitam que o preço de uma mercadoria específica seja “expressamente” determinado. Os custos diferenciados dos membros do cartel e as expectativas de demanda diferentes são fatores que podem “desvirtuar” os membros do cartel levando-os a “furar” o acordo visando obter uma maior fatia do mercado. Somente quando o cartel propicia grandes lucros aos seus membros, ponderam Pindyck e Rubinfeld (1999), que a possibilidade de furar o acordo está descartada.

Ratificando a formação do preço sob o equilíbrio do mercado, Carl Menger (1983), baseando-se na análise da oferta e demanda, formulou a teoria acerca da formação dos preços da mercadoria (bens), sobre os bens e sua demanda no processo isolado e no monopólio.

De acordo com o autor, no processo isolado a troca entre duas mercadorias ocorre quando os indivíduos possuem mercadorias com menor valor para si do que as mercadorias que estão em poder de outros indivíduos. Assim sendo, o valor do bem é determinado pela sua utilidade, descartando a pretensa equivalência de valor na troca das mercadorias.

Em virtude disso, o autor expõe que nesta troca não há motivos para afirmar que um indivíduo possua um maior desempenho econômico que o outro, mas, que cada um deles busca atender suas necessidades da melhor maneira possível. Esta é, segundo o autor, a razão pela qual, cada um deles tenderá esforçar-se por um melhor preço, isto é, o preço será determinado quando compradores e vendedores se sentirem satisfeitos com o negócio.

No comércio de monopólio, de acordo com Menger (1983), a formação do preço é influenciada pela concorrência dos indivíduos na aquisição do bem. Na troca monopolista, expõe o autor, a formação do preço se dá dentro dos limites estabelecidos pelo equivalente do bem do monopólio. Ou seja, a formação do preço se dá dentro dos limites estabelecidos pelos equivalentes do bem; aquele menos disposto a troca em que oferece o máximo do bem em menor quantidade e aquele que oferece a maior quantidade de produto na troca como uma

espécie de margem de flutuação. Esta margem de flutuação fez Marshall (1982) afirmar que o preço que se paga por uma mercadoria não excede o que está disposto a pagar por ela. É o que configura a relação entre a oferta e a demanda, como preceito neoclássico, segundo Marshall (1982) para a determinação do preço, pois, o consumidor espera e deseja que o preço baixe até o ponto em que esteja disposto a pagar pela mercadoria.

Em se tratando de comércio de monopólio, Menger (1983) expõe que o monopolista não é a única figura capaz de influenciar nos preços, partindo do princípio de que nas trocas, mesmo se tratando de comércio de monopólio, as duas partes devem levar vantagem. Segundo o autor, o monopolista não pode fixar arbitrariamente os preços que entender, além disso, ao fixa-los, não poderá determinar a quantidade que conseguirá vender a esses preços. Assim sendo, conforme expõe o autor, o monopolista

Não poderá, por exemplo, vender grandes quantidades de seu bem de monopólio e ao mesmo tempo fazer com que os preços subam tanto quanto poderia fazê-los subir se as quantidades fossem pequenas; tampouco poderá fixar os preços que quiser e ter, ao mesmo tempo, a certeza de que venderá tanto quanto venderia a preços mais baixos. (MENGER, 1982, p. 343),

De acordo com a teoria neoclássica de Menger (1983), respeitando os limites do caráter econômico das relações de troca, o monopolista pode determinar sozinho, em cada caso concreto, a alternativa que melhor atender aos seus interesses econômicos. Cabe ao monopolista, diz o autor, decidir pela quantidade de mercadoria que será posta em venda, ou, então, determinar o preço. Os preços de monopólio poderão aumentar, à medida que o monopolista espere um maior lucro econômico vendendo menos mercadorias a preços mais altos. Caso contrário, o monopolista baixará os preços, convencido de que terá maior proveito vendendo mais, a preços mais baixos.

Normalmente, a monopolista não tem interesse em tornar seu produto acessível ao maior número de pessoas e nem atender da melhor forma a demanda. O que interessa ao monopolista é seu lucro econômico, sendo este o único critério de sua política econômica. (MENGER, 1983). Para Marshall (1982), o monopolista tem o objetivo de fixar o preço em que a receita seja a maior possível e, por isso ajusta a produção e a venda de suas mercadorias. Porém, não implica dizer que a produção e a venda sejam aquelas que forneçam a satisfação máxima total.

o interesse *prima facie* do titular de um monopólio é claramente ajustar a oferta à procura, não de forma que o preço pelo qual possa vender a mercadoria cubra exatamente as despesas de produção, mas de sorte a deixar-lhe um rendimento total líquido o maior possível. (MARSHALL, 1982, p.127)

A colaboração de Marshall (1982) ratifica a teoria subjetiva de Carl Menger (1983) baseada na oferta e na demanda, quando expõe acerca do jogo de interesse existente entre o comprador e vendedor. Diz Marshall (1982) que quando o comprador percebe que o preço de uma mercadoria está alto, rapidamente conclui que em determinado momento a oferta excederá a demanda. Assim, mesmo tentado a pagar o preço mais alto para não ficar sem a mercadoria, o comprador decide esperar até que o preço baixe. Por outro lado, continua Marshall (1982), quando o preço está baixo, mesmo tentado a aceita-lo, ou, a voltar do mercado sem vender, o vendedor conclui que o preço baixo em um certo momento acarretará um excesso de demanda sobre a oferta, de tal modo que a espera que o preço aumente. A convergência de Menger (1983) e Marshall (1982) está em reconhecer que o preço a ser determinado no mercado fixa-se entre o que está mais disposto e o menos disposto a pagar pela mercadoria, levando à oferta e a demanda ao equilíbrio. Menger (1983) pondera que deste modo a formação do preço tende a distribuir com igualdade o proveito da negociação, entretanto, segundo o autor, inexistente um fator econômico que é capaz de fixar o ponto em que necessariamente a formação do preço ocorra. O preço é determinado dentro dos limites de flutuação.

3.1.1 Considerações acerca da teoria neoclássica

Os “defensores” da teoria neoclássica abordam a análise da oferta e da demanda como fator corriqueiro para a determinação dos preços de um bem nos mercados. Ainda que, cada um dos mercados possua suas próprias condições, e que consideradas em conjunto os definam individualmente, a oferta e a demanda são fatores preponderantes na determinação de preço sob a ótica neoclássica.

No mercado de concorrência perfeita, os pressupostos indicados por Ferguson (1989) supõem um tipo de método irrealista para a formação do preço, ao se considerar que tais características não são capazes de operar em consonância, a ponto de levar o mercado a funcionar em equilíbrio. Assim, torna irrelevante a premissa de auto-ajuste do mercado de

concorrência perfeita, isto é, que o preço no mercado de “concorrência perfeita” é determinado de maneira simplista, pelo equilíbrio entre a oferta e a demanda.

Buscando beneficiar-se da condição de único produtor de um bem, o monopolista determina seu preço baseando-se na demanda pelo produto e no percentual de lucro. Segundo Ferguson (1989), como não existe uma preocupação com a concorrência direta, e por esta razão os custos são menores do que se existissem concorrentes rivais, o monopolista baseia-se na demanda como indicador de “avaliação” social pelo bem. Deste modo, as alterações que ocorrem na demanda servem de direcionamento na busca da maximização, podendo aumentar ou reduzir o preço do bem, sem necessariamente incorrer em mudanças no nível de produção.

Ao considerar a demanda como um parâmetro para a oscilação no preço, presume-se que a teoria neoclássica de formação de preço desconsidera a possibilidade de as firmas trabalharem com capacidade ociosa, dado que, de acordo com a teoria, são as variações na demanda e não na oferta, que permitem as mudanças, aumento ou redução, no preço, de tal forma que leva a “concluir” que as firmas trabalham em capacidade plena de produção.

Seguindo o mesmo raciocínio, se a magnitude do lucro que é determinada pelo *markup*, está relacionada inversa e negativamente às mudanças no comportamento dos membros da sociedade (demanda), conforme expõe a teoria, deduz-se que o monopolista é “incapaz” de estabelecer de forma imperiosa o preço que deseja, dado que se espera uma resposta do comportamento do mercado.

No mercado cartelizado o objetivo do acordo é obter o maior lucro possível. A concorrência não é capaz de intimidar a ação do cartel em busca do objetivo, a ponto de modificarem seus preços, a menos que, seja uma reação coletiva à concorrência, com o intuito de aniquilá-la. A mudança no preço realizada pelo cartel em um momento específico reflete a força e a estratégia do conluio em excluir o concorrente do mercado, para posteriormente retomar o preço que maximiza seus lucros.

3.2 Crítica à Interpretação Neoclássica

3.2.1 Evidência empírica

3.2.1.1 O Cartel de lâmpadas elétricas

De acordo com Mirow (1978), a invenção da lâmpada elétrica nos anos de 1878 e 1879, por Thomas Edison nos Estados Unidos e Joseph Swan na Inglaterra, trouxe a oportunidade de uma nova exploração comercial.

Buscando apropriar-se comercialmente desta invenção, expõe o autor, Thomas Edison fundou a firma Edison Eletric Company, e para se “proteger” da concorrência utilizava os litígios de patentes, que por determinado tempo o defendia de seus concorrentes.

Com o fim da proteção proporcionada pelas patentes que lhe assegurava o domínio comercial, Edison passou a utilizar táticas de domínio de mercado, como: subornos ou sabotagem industrial e ainda promovia guerra de preços, razão pela qual levava à submissão ou fechamento dos concorrentes. (MIROW, 1978)

Segundo Mirow (1978), diante da impossibilidade de concorrer frente ao domínio de mercado estabelecido pela Edison Eletric Company, alguns de seus concorrentes tornavam-se aliados. Foi deste modo que a fusão da firma Edison Eletric Company com a The Thomson Houston International Eletric deu origem à GE (General Eletric Company) que assegurou um percentual de participação no mercado de lâmpadas elétricas de 75%.

Ainda de acordo com o autor, com mais da metade da participação do mercado de lâmpadas elétricas, tornara cada vez mais difícil aos concorrentes, se opor a GE. Existia apenas um concorrente de peso, a firma Westinghouse, que após a aquisição de várias patentes e empreendimentos em outros setores consolidou seu império industrial.

Assim, a GE buscou utilizar-se de todos os recursos possíveis, além de ofertas tentadoras de colaboração com a Westinghouse, travando uma brutal disputa pelo domínio do mercado norte americano. Mas, como a Westinghouse negava-se a participar dos acordos que eram propostos, restava a GE, portanto, utilizar mais um dos seus recursos pela disputa do domínio do mercado norte americano de lâmpadas elétricas. Para tanto, a GE ratificando sua força, passou a manobrar e provocar quedas na Bolsa de ações da Westinghouse, de forma que esta se tornara vulnerável tendo que recorrer aos bancos. (MIROW, 1978)

Mirow (1978) expõe que a dificuldade em realizar os acordos entre a GE e a Westinghouse estava atribuída à intransigência do atual diretor, George Westinghouse. Assim sendo, os banqueiros para os quais George Westinghouse teve que recorrer, diante da vulnerabilidade que a empresa apresentava naquele momento e devido às interligações banco/empresas, decidiram por afastá-lo da diretoria.

Diante da destituição do diretor e da vulnerabilidade da empresa, não demorou muito tempo para ser celebrado o primeiro acordo entre as empresas pela utilização mútua das patentes, em que, como não podia deixar de ser, a GE detinha mais da metade. Após firmado o acordo entre as empresas, o próximo passo era buscar dominar as poucas empresas independentes e sobreviventes a este mercado. (MIROW, 1978)

Para tanto, expõe Mirow (1978), organizou-se o primeiro cartel de lâmpadas elétricas com a participação da GE e mais 10 empresas menores fundidas no que se chamou National Electric Lamp Company, conferindo-lhe uma fatia de 80% do mercado, em que 42% era de sua própria empresa, e 38% da National Electric Lamp Company, restando à Westinghouse 13% e às empresas menores, 7%.

Mais tarde, o departamento de justiça norte americano julgou a existência de acordos ilegais, induzindo à dissolução da National Electric Lamp Company, que culminou com a venda de seu acervo à GE. Não obstante as investidas das leis antitrustes, a GE e a Westinghouse mantiveram por longo período de tempo a absoluta liderança do mercado de lâmpadas elétricas. (MIROW, 1978)

Seguindo o modelo norte-americano elaborado por Edison, a Siemens e a AEG (Allgemeine Electricitäts Gesellschaft), empresas que concorriam entre si na indústria elétrica alemã, renunciaram a concorrência considerada prejudicial, buscando explorar em conjunto o mercado alemão, dando início a era alemã dos cartéis.

De acordo com Mirow (1978) similarmente ao que ocorria nos Estados Unidos, as ligações convencionais entre o banco e a indústria foram consideradas importantes, principalmente em momentos de recessões, em que indústrias por falta de crédito fundiam-se ou faliam.

Por esta razão, pondera Mirow (1978), as empresas Siemens e AEG obtiveram vantagem, a fundação de um banco por George Siemens, pois além de poder socorrer em momentos de recessão, o banco despendia apoio irrestrito, o que contribuiu para que se tornasse em grandes corporações, interligadas por inúmeros contratos de cooperação. O apoio do maior banco da Alemanha tornara difícil a vida dos concorrentes.

Da mesma forma, diz o autor, salientavam a importância dos acordos para a prosperidade e, desse modo, aqueles que não estavam associados ao cartel sofriam com a concorrência predatória, em que os associados subvencionavam preços predatórios visando o aniquilamento comercial dos concorrentes considerados indesejáveis.

3.2.1.2 O caso Cònsul

Segundo Mirow (1978), com a desnacionalização da indústria italiana de aparelhos eletrodomésticos no final da década de 60, os empresários que estavam em crescente ascensão viram retrain seus créditos que anteriormente eram substanciais, e foram impostos pelos seus banqueiros a uma associação com empresas mais fortes, membros do cartel da indústria eletroeletrônica.

Ainda de acordo com o autor, no final dos anos 30 diversos cartéis de aparelhos eletroeletrônicos, como refrigeradores e máquinas de lavar roupas, foram formados, aos quais participaram, dentre outros, a International General Electric (IGE), a Westinghouse e a Kelvinator.

O Brasil tornou-se um objeto de acordo entre os membros de cartel para a venda de máquinas de lavar roupas, e através de folhetos de promoção em língua portuguesa, lograram êxito, aumentando suas exportações desta seção para o país em 86%. (MIROW, 1978)

Foi no período do pós-guerra que as indústrias de aparelhos eletroeletrônicos começaram a aparecer no Brasil, com destaque, à empresa Cònsul instalada em Joinville. A empresa teve seu desenvolvimento focado na fabricação de geladeiras, cujos compressores de frio, importados, eram utilizados em armários de aço que eram produzidos no Brasil.

Conforme expõe Mirow (1978) a dependência da importação de compressores de frio representava à empresa Cònsul, em certo momento, um risco. Deste modo, motivada pela busca de redução de risco, a empresa Cònsul juntou-se, em 1971, à Springer do Rio Grande do Sul, fundando a EMBRACO S/A. (Empresa Brasileira de Compressores), para fabricar no Brasil as unidades seladas, compressores e armários de aço, e a concorrer com a única fábrica existente no Brasil: a Unifrio. Por outro lado, a Cònsul desconhecia a sistemática da operação do cartel da indústria elétrica, o que poderia representar a decisão de produzir compressores de frio um risco ainda maior.

De acordo com Mirow (1978), tudo se processou normalmente. A empresa Philips começou então a adquirir grandes quantidades da geladeira Cênsul e as vendia sob a sua própria marca, estabelecendo, inicialmente, uma posição de dependência. Mesmo sabendo que esse seria o primeiro passo para Philips começar a fabricar a linha branca no Brasil, a Cênsul fornecia as geladeiras para a Philips sob o argumento de que, caso não fornecesse, outras empresas fariam. A prosperidade da empresa Cênsul “alimentava” a ameaça da concorrência e do poder de monopólio, que despontava como a pedra no “calcanhar de aquiles” da empresa.

Após a consolidação da marca Philips no mercado brasileiro à custas das geladeiras Cênsul, o próximo passo foi propor a compra da próspera empresa, ao tempo que firmava a ameaça de montar uma fábrica de geladeira a fim de promover a concorrência.(MIROW, 1978)

Os problemas da empresa Cênsul se iniciaram tempos depois. De acordo com Mirow (1978), as dificuldades de abastecimento de compressores de frio, do qual a empresa Cênsul dependia se agravaram. A busca por crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) foi negada à Cênsul. O Conselho de imposição de preços (CIP) não autorizou uma margem de lucro adequada ao empreendimento e, o não reconhecimento dos aumentos dos encargos financeiros e das despesas, acabaria por estrangular a empresa já que esta não conseguia igualar seus preços ao da concorrência. Portanto, sem compressores, sem recursos e tendo que enfrentar um concorrente poderoso como o cartel conjugado da indústria eletroeletrônica no Brasil, não restava à Cênsul outra alternativa que não fosse a venda. Todavia, o governo brasileiro vetou a venda da empresa ao grupo estrangeiro, mas, não lhe ofereceu solução e a Cênsul continuou mergulhada em dificuldades.

Entretanto, expõe o autor, o principal objetivo do cartel fora alcançado, o aniquilamento do concorrente Cênsul. Manteve-se ainda a dependência da indústria eletroeletrônica nacional, com a importação de compressores de frio.

Por fim, segundo Mirow (1978, p.66) o relato do fundador da empresa, Sr. Wittich Freytag, conclui o caso Cênsul: “Querer concorrer hoje com os grandes grupos é quase uma utopia”.

3.3 Observações Críticas

À luz do capítulo anterior referente à formação de preço nos mercados permite algumas considerações para a compreensão de como os pressupostos da teoria neoclássica que caracterizam os mercados acabam por torná-los essencialmente fora do mundo real. Mesmo em exemplos mais simples como os mercados básicos agrícolas, as premissas do modelo que devem ser consideradas em conjunto para classificar o mercado perfeitamente competitivo, são insatisfeitas.

Contrariando a premissa do perfeito conhecimento do mercado, o fator condições do tempo, por exemplo, não permite que os vendedores nem os consumidores tenham um perfeito conhecimento sobre futuro, sobre os custos, ou sobre os preços, de modo que os consumidores podem pagar preços mais altos por produtos que estão disponíveis a preços mais baixos. Neste caso, devido à assimetria de informação não se pode prever se a demanda será por um produto de preço mais baixo ou mais alto. Ainda, para tornar verdadeiras as condições do postulado da determinação do preço de mercado de maneira impessoal, sob as forças da oferta e da demanda, os produtos no mercado deverão ter a mesma quantidade de valor, de tal modo que os consumidores sejam indiferentes a adquirir o produto de qualquer um dos produtores. Implica ainda dizer que os requisitos para o trabalho terão que ser simples e fáceis de aprender, de forma que os trabalhos qualificados sejam poucos, descartando também a possibilidade de implantação de alta tecnologia e qualquer diferenciação do produto.

Os insumos não podem ser monopolizados por um único produtor, de tal maneira que este pode recusar a venda de insumos para outros produtores ocasionando vantagem, ou seja, tem que haver uma livre mobilidade de recursos.

Na perspectiva neoclássica, o custo de transporte do produto terá que ser nulo, para que não sejam incididos custos diferenciados aos produtores, além de ainda desconsiderar a capacidade ociosa de produção das firmas, pois quando se afirma que a demanda pode causar mudanças no preço sem causar mudanças no nível de produção, entende-se que as firmas trabalham com capacidade plena. O postulado neoclássico de auto-regulação opera sempre se baseando em um dado nível ou volume de produção, em que a oferta nunca varia e, por esta razão, o aumento da demanda gera um aumento no preço.

A lei da oferta e demanda para a formação do preço não vigora absoluta, senão como um “credo” ideológico, pois os monopólios, oligopólios, cartéis e empresas transnacionais

“esclerosam” o mercado e administram os preços de acordo com seus interesses. Talvez, a ótica neoclássica de formação de preço, a próprio juízo, servisse como alusão à uma concepção individualista de uma empresa “peculiar”, em que problemas cruciais da sociedade capitalista parecem não ser considerados.

Desde que o objetivo primeiro do homem de negócio é a obtenção do lucro, que as firmas determinam sua produção buscando maximizá-lo. O exemplo da indústria elétrica evidencia o jogo de interesses e de poder de um grupo fechado restringindo o equilíbrio da oferta e da demanda para a formação do preço. Os monopolistas não esperam e não desejam que seus lucros fiquem à “mercê” do livre movimento de mercado, à espera de que o mercado decida quanto de lucro é o “ideal”. Por esta razão vislumbram os lucros por meio de estratégias que limitam a ação dos concorrentes rivais.

Empiricamente, as patentes, as tecnologias, o custo de transporte, a capacidade ociosa das empresas, a obtenção do lucro, dentre outras coisas, desvirtuam o conceito de ajuste do preço de maneira impessoal, pelo simples movimento da oferta e demanda. Pois se assim fosse, não se justificariam as disputas pelo domínio do mercado, e a explícita manipulação dos preços pelos agentes, que contradizem o modelo de auto-regulação do mercado com tendência ao equilíbrio.

3.4 A determinação do Preço em Marx

Marx considera preço igual a valor. Logo, para se compreender como é determinado o preço, à luz da teoria marxista, há de se avaliar a forma como se expressa o valor em uma mercadoria. Faz-se, portanto, uma análise da mercadoria.

Segundo a teoria marxista, a mercadoria é uma coisa capaz de prover as necessidades do homem de maneiras diferentes. Cada uma possui inerente a si uma característica que é revelada como valor de uso através do consumo ou da utilização. A troca da mercadoria é realizada em função dessa utilidade (valor de uso), que ao mesmo tempo é considerada um veículo de valor de troca. Este valor de troca se expressa como uma relação quantitativa do valor de uso, de espécies (mercadorias) diferentes, aparecendo como algo puramente relativo. Em síntese, os valores de troca de uma mesma mercadoria expressam todos um significado igual, podendo diferenciar-se apenas na quantidade, como,

[...] por exemplo, um quarter de trigo por x de graxa, ou por y de seda, ou z de ouro etc. Ao invés de um só, o trigo tem, portanto muitos valores de troca. Mas, uma vez que cada um dos itens separadamente – x de graxa, ou y de seda, ou z de ouro – é o valor de troca de qualquer um quarter de trigo, devem x de graxa, y de seda e z de ouro, como valores de troca, ser permutáveis e iguais entre si. (MARX, 1987, p.43)

Em uma mercadoria, expõe Marx (1987), os valores de uso e valores de troca diferem-se entre si apenas pelo fator qualidade. Deste modo, quando os valores de uso contidos numa mercadoria são desconsiderados, todas as diferentes formas de trabalho concreto inseridas nela são abstraídas de forma que as mercadorias não se distinguem mais umas das outras, reduzindo-as à única espécie de trabalho, trabalho humano abstrato. Conseqüentemente, a mercadoria expressa-se apenas em força do trabalho humano despendida na produção. Assim sendo, uma mercadoria possui valor se nela estiver corporificado, trabalho humano abstrato, cuja magnitude é determinada pela quantidade de trabalho socialmente necessário ou tempo de trabalho necessário para a produção. Marx (1987) considera que tempo de trabalho socialmente necessário à produção de qualquer mercadoria, é o tempo de trabalho necessário à produção sob as condições de produção normais e com um grau médio de habilidade e de intensidades de trabalho predominantes em uma determinada sociedade. Considera-se, portanto que o que cria valor em uma mercadoria é o dispêndio da força humana do trabalho, independente da inserção de qualidades diferentes que caracterizam o valor de uso. Pressupõe-se assim, que as mercadorias que são produzidas pelo mesmo tempo de trabalho social possuem valor na mesma magnitude.

As mercadorias só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano; seu valor é portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra. (MARX, 1987, p. 55).

Com o intuito de compreender a expressão simples do valor de uma mercadoria contido na relação de valor de duas mercadorias, é desejável que se desconsidere o aspecto quantitativo das relações, ou seja, é necessário desvincular-se do juízo de que na relação de valor de duas mercadorias diferentes a troca se dá quando há uma similaridade entre determinadas quantidades. Visto que, segundo Marx, duas coisas diferentes só são passíveis de comparação quantitativa depois de sua conversão à mesma substância, e por isso são comensuráveis.

Para se afirmar que 20 metros de linho = 1 casaco, ou =20 ou x casacos, isto é, que uma dada quantidade de linho vale uma quantidade maior ou menor de casacos, para se estabelecer qualquer proporção dessa natureza, é necessário admitir,

simultaneamente que linho e casacos, como grandezas de valor, são expressões de uma mesma coisa, ou coisas da mesma natureza. (MARX, 1987, p. 57).

O valor da mercadoria quando expresso como trabalho humano cristalizado, segundo Marx, se reduz a uma abstração, a valor, ou seja, o trabalho não dá à mercadoria a forma de valor distinta de sua forma física. Contrariamente, quando se trata de uma relação de valor entre duas mercadorias, linho e casaco, por exemplo, a condição de valor existente em uma, acaba por se revelar na própria relação que estabelece com a outra. Isto é, a equiparação dos trabalhos do artesão e do alfaiate reduz-se àquilo que eles têm em comum, que é trabalho humano. A equivalência que existe em mercadorias distintas expõe a condição específica do trabalho criador de valor, que é induzir à uma substância comum, que é o trabalho humano abstrato, mesmo os trabalhos diferentes que são incorporados em mercadorias diferentes.

A equiparação de uma mercadoria com a outra, pondera Marx, iguala o trabalho humano inserido numa com o contido na outra, mesmo que o trabalho concreto contido em cada uma delas sejam distintos, pois se converte à condição comum de ser trabalho humano. Conclui-se indiretamente que o trabalho desempenhado por um tecelão não possui nenhuma característica diferente do alfaiate, sendo considerado apenas trabalho humano. O trabalho humano cria valor, mas só torna-se valor quando se consolida na forma de objeto.

Na relação de valor, em que o casaco constitui o equivalente do linho, a figura do casaco é considerada a materialização do valor. O valor da mercadoria linho é expressa pelo corpo da mercadoria casaco, o valor de uma mercadoria pelo valor de uso da outra. Como valor de uso, o linho revela-se, aos nossos sentidos, coisa diferente do casaco; como valor é igual ao casaco, passa a ter a feição de um casaco. (MARX, 1987, p. 61).

Segundo Marx (1987) é na troca que um objeto se apresenta como mercadoria. As mercadorias possuem valor devido à concretização do trabalho humano existente, sendo, portanto comensuráveis entre si, podendo medir seus valores por intermédio de uma mercadoria específica, transformando esta em medida universal do valor, o dinheiro.

O dinheiro se torna a forma necessária para manifestar a medida do valor e converter esse valor em preço. Conforme expõe Marx (1987), sendo a quantidade de trabalho humano contido numa mercadoria, o valor, este passa a ser expresso numa medida universal, quantidade de dinheiro, que se pressupõe possuir igual quantidade de trabalho. Essa medida universal, que se convencionou a chamar dinheiro, também é encarnação do trabalho humano, e por isso desempenha o papel de medida de valor, buscando converter os valores das

diferentes mercadorias em preços em quantidades imaginárias de dinheiro. Como medida de preço, o dinheiro mede essas quantidades imaginárias de dinheiro.

Assim, de acordo com Marx (1987), mantendo o valor do dinheiro constante, um aumento no preço da mercadoria ocorre quando os valores contidos nela sobem, ou seja, o preço da mercadoria sobe quando há um aumento do trabalho socialmente necessário no processo de produzir a mercadoria levando a um aumento do valor. Por outro lado, se os valores das mercadorias se mantiverem constantes, o preço sobe quando o valor do dinheiro cai, isto é, considerando invariáveis os valores das mercadorias, os valores relativos recíprocos se mantêm inalterados, mesmo que se expressem todos em dinheiro mais baixo. (MARX, 1987)

O mesmo preço das mercadorias é mantido, quando o valor contido nelas sobe na mesma proporção do valor do dinheiro. Caso a ascensão do valor da mercadoria seja mais lenta ou mais rápida do que o valor do dinheiro, a queda ou ascensão é determinada pela variação constatada entre o valor das mercadorias e do dinheiro.

O preço é a designação monetária do trabalho corporificado na mercadoria. [...] Mas se o preço, ao revelar a magnitude de valor da mercadoria, revela a relação de troca da mercadoria com o dinheiro, não decorre daí necessariamente a recíproca de que o preço, ao revelar a relação de troca da mercadoria como dinheiro, revele a magnitude do valor da mercadoria. (MARX, 1987, p.112).

Ao afirmar que o preço não revela a magnitude do valor da mercadoria, Marx faz alusão ao problema que existe na transformação do valor em preço: o preço da mercadoria se distancia do valor. O problema da transformação tem origem na necessidade de combinar a teoria do valor desenvolvida por Marx, com a tendência que deve prevalecer na economia capitalista, de as taxas de lucro se igualarem nos setores.

Mesmo que não se dê ao problema da transformação o aprofundamento necessário, é importante compreender a solução que Marx utilizou para explicá-lo.

Partindo do princípio que os investimentos de capital por unidade de trabalho não são uniformes em vários setores, e não há razão, em geral, para que seja, os lucros nos setores também são diferentes. Em virtude disso, de acordo com Marx, os capitalistas buscam a equalização dos lucros através de mudanças no preço. Afirma o autor, uma vez que se considere que os valores das mercadorias continuam constantes, a equalização do lucro se dá quando os preços sobem ou baixam nos setores onde o lucro é menor ou maior, respectivamente. Com esta abordagem sobre a transformação do valor em preços de produção, Marx acreditou ter solucionado o problema da transformação.

É perceptível uma lógica clara existente na explicação de Marx. Pois, quando se toma como ponto de partida o pressuposto da teoria do valor, em que o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la, ou seja, o valor da mercadoria só pode ser criado no processo de produção, simultaneamente, se compreende que na circulação o valor da mercadoria é apenas transferido ou redistribuído. Por isso, é lícito afirmar que na circulação não existe criação de valor.

Assim, quando as mercadorias são vendidas no mercado, diz Marx, normalmente seu preço e seu valor não coincidem, e não há a necessidade em coincidir. Os preços podem estar abaixo ou acima do seu valor. Contudo, de acordo com Marx, para manter a identidade com a teoria de valor, ou seja, para que se mantenha o valor criado no processo de produção e não se crie um valor novo na circulação, é que a soma dos valores das mercadorias global seja igual à soma dos preços. Em outras palavras, a soma geral dos valores tem que se identificar com a soma geral dos preços.

Deste modo, solucionar o problema da transformação do valor em preço de produção, para Marx é definir o preço que se desvia de seu valor de modo à distribuir o valor produzido levando à equalização da taxa de lucro.

A compreensão da solução marxiana permite afirmar que aos preços do mercado flutuam em torno de seus valores. Fica evidente que o ponto focal na solução proposta por Marx para a transformação dos valores em preço de produção está apoiado claramente na redistribuição de um valor já produzido.

A consideração feita por Marx (1982) acerca do aumento do salário do operário que, supõe-se, induz aos aumentos nos preços, se apresenta como a afirmação de que a busca incessante dos capitalistas pelo lucro não permite que o preço da mercadoria se mantenha constante, afastando-o do valor.

Para exemplificar o aumento do preço no mercado e que este se distancia do valor, Marx (1982) parte do princípio de que o volume de produção nacional de mercadoria é de forma geral variável e que o aumento do salário não levaria de imediato a um aumento nos preços, já que a produção continuaria variável mesmo depois da alta. Quando as forças produtivas, o volume do capital e do trabalho empregados, se mantêm constantes, diz o autor, o aumento no salário proporciona um aumento nos preços somente na proporção real entre oferta e demanda, ou seja, a tendência é de que a classe operária gaste sua receita em produtos de primeira necessidade, levando a uma maior procura por esses produtos causando o incremento do preço.

Para compensar o aumento no salário, expõe Marx (1982), os capitalistas aumentariam o preço dos produtos de primeira necessidade. Entretanto, os capitalistas que não venderiam os produtos de primeira necessidade não poderiam compensar a queda do lucro elevando seu preço, visto que, os produtos de luxo não sofreram aumento na demanda. Isto resultaria numa menor renda para o capitalista ao mesmo tempo em que teriam que pagar mais pelos produtos de primeira necessidade. Ademais, a venda dos seus produtos de luxo sofreria uma redução, ocasionando a redução no preço. Diante disso, pondera Marx (1982), o lucro no setor de produtos de luxo reduziria não somente pelo aumento dos salários, mas também pelo aumento do preço dos produtos de primeira necessidade e pela baixa dos preços dos produtos de luxo.

Por conseguinte, continua Marx (1982), ocorreria um deslocamento do capital e do trabalho para o setor onde o preço, e consequentemente o lucro, fosse maior, até o momento em que a oferta neste determinado setor aumentasse a ponto de nivelar com a maior procura e, nos demais setores, a oferta diminuísse proporcionalmente à procura. Logo, a taxa de lucro voltaria a igualar-se nos diferentes setores em vez de limitar-se a determinado setor.

Deste modo o pressuposto inicial de Marx (1982) de que as forças produtivas e o volume de produção não sofreriam alterações, se confirma, porque apenas mudaria de forma, isto é, ocorreria aumento do volume dos produtos de primeira necessidade enquanto que o volume dos produtos de luxo reduziria.

A apropriação da solução marxiana para ilustrar que o valor da mercadoria se distancia do preço, notadamente em busca da equalização do lucro, é somente um passo na direção da compreensão de uma “teoria de preço concreta”, já que fatores como as inovações, escassez e concorrência, podem distanciar ainda mais os preços de seus valores, ainda que seja por um curto período de tempo.

A forma preço não só admite a possibilidade de divergência quantitativa entre a magnitude do valor e preço, isto é, entre magnitude de valor e sua própria expressão em dinheiro, mas também pode esconder uma contradição qualitativa, de modo que o preço deixa de ser expressão do valor, embora o dinheiro seja apenas a forma do valor das mercadorias. (MARX, *apud*, GRISA, 2000, p.30).

CAPÍTULO IV

4 CONTEXTO HISTÓRICO ACERCA DA FORMAÇÃO DO PREÇO INTERNACIONAL DO PETRÓLEO

4.1 Introdução

O rápido exame sobre os preços do petróleo no mercado internacional a partir de um passado recente demonstra o caráter volátil assumido pelo preço desta mercadoria. Todavia, de acordo com Jalife-Rahme (2005), a volatilidade do preço só pode ser entendida através da existência simultânea do que convencionou chamar os cinco preços do petróleo: preço econômico, preço financeiro, preço especulativo, preço geopolítico e preço desinformativo.

Pressupõe-se assim que a determinação do preço do petróleo não pode estar vinculada unicamente a um contexto de equilíbrio entre a oferta e a demanda da mercadoria como um fator explicativo para o aumento ou redução do preço, pois, deste modo leva-se em consideração apenas o seu caráter unidimensional, dentro de um contexto de globalização financeira desregulada, de interesses geopolíticos e, principalmente, na fase de transição de uma ordem unipolar (poder estadunidense) para a ordem multipolar no qual se encontra. (JALIF-RAHME, 2005).

Ainda de acordo com o autor, fatores como o caráter geoestratégico do petróleo, e ainda a cotação do preço em moeda norte-americana (dólar), em conjunto com propriedades globais, financeiras e geopolíticas, além das tomadas de decisões dos agentes intervenientes nesse mercado, refletindo o grau de poder e controle exercido por cada um deles, refletem na determinação do preço do petróleo.

Por sua vez, um grupo de países reunidos na OPEP, em que a produção se faz direta ou indiretamente sob o controle dos seus governos; ainda, os outros países produtores de petróleo que não fazem parte da OPEP; além das grandes companhias petrolíferas internacionais que atuam diretamente na produção e acabam por adotar uma estratégia conjunta; os grandes países consumidores industrializados e desenvolvidos como os que fazem parte da Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE) e,

os países consumidores em desenvolvimento como os asiáticos, tem influência na determinação do preço. (JALIFE-RAHME, 2005)

Conseqüentemente, expõe Jalife-Rahme (2005), o preço do petróleo é delineado por um caráter multifatorial, ou seja, a determinação do preço no mercado internacional do petróleo se dá por diferentes fatores cuja maior ou menor incidência, assim como o impacto específico, afeta o preço do momento analisado.

Dentro desse contexto de multifatorialidade fundamentalmente ligada à determinação do preço do petróleo que tem sido historicamente encoberta pelo fenômeno “ajuste” entre a oferta e demanda tal como é apresentado pela teoria neoclássica no Capítulo III, faz-se, portanto, uma apreciação sobre os fatores que tem influenciado na determinação do preço no mercado internacional do petróleo.

4.1.2 Sobre a determinação histórica do preço do petróleo

Ao longo do tempo, tem-se ouvido comumente na mídia em geral, que o preço do petróleo no mercado internacional tem sido cotado sob o ajuste entre a oferta e a demanda. Todavia, ao se abordar a determinação do preço do petróleo somente por esta ótica - lei da oferta e demanda - não se consegue explicar a ocorrência de outros “fenômenos” capazes de interferir na formação do preço num momento específico. Por esta razão, não se justificariam as ações dos agentes interventores do mercado, cujo objetivo maior é se apropriar das vantagens e das rendas petrolíferas, além de conferir ao mercado do petróleo um caráter dinâmico. (JALIFE-RAHME, 2005).

Com efeito, o chamado “contra choque” na década de 80, que foi o acordo de redução do preço do petróleo realizado entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita, cuja motivação se deu pelos interesses estadunidenses em resguardar suas reservas de petróleo e reduzir sua fatura de importação, especialmente, porque logo após a segunda grande guerra os Estados Unidos passaram da condição de grande exportador para pequeno importador de petróleo. Supõe-se que estas tenham sido umas das razões pelas quais tornou relevante a aliança entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita considerada o segundo maior produtor mundial de petróleo e responsável por 35% da produção total da OPEP. (JALIFE-RAHME, 2005)

Por sua vez, a redução do preço do petróleo na década de 80, consequência do imperialismo estadunidense aliado ao segundo maior produtor mundial, a priori, parecia adequar-se aos objetivos tanto dos países produtores quanto dos países consumidores. No entanto, de acordo com Jalife-Rahme (2005), a drástica redução do preço promoveu uma forte busca de petróleo noutros países, especialmente levando em 1985 ao “estrangulamento” as reservas da URSS, até então, o maior produtor mundial de petróleo e fortemente dependente dos lucros petroleiros de exportação. Além disso, expõe o autor, resultou no que alguns analistas chamaram de estagnação econômica levando a uma forte recessão na economia daquela região específica. Pode-se assim perceber que não existe uma oferta e uma demanda de petróleo que opera fora das influências políticas e econômicas, pois sua dimensão e magnitude tem sido magistralmente usada pelo poder imperialista estadunidense. Neste caso, é lícito afirmar que a redução do preço do petróleo em determinado momento esteve condicionada por interesses econômicos e políticos, sobretudo, dos Estados Unidos.

Ao que se refere à tendência da alta do preço desde o ano 2000, Jalife-Rahme (2005) relaciona alguns fatores pertinentes e fundamentais para tal ocorrência: a) a crescente demanda, principalmente de China e Índia, que apesar de serem grandes países industrializados, paradoxalmente dependem do petróleo para seu crescimento e desenvolvimento; b) as restrições ocorridas no abastecimento, refletindo 15 anos de investimentos insuficientes em novas descobertas; c) um controle maior do mercado pela OPEP “justificado” por um atraso de pelo menos 30 anos de novos descobrimentos dos países não-OPEP. Agrega-se a estes fatores, o impacto da debilidade do dólar no mercado internacional, já que a demanda é maior na chamada “zona do dólar”, como nos Estados Unidos que é o maior consumidor de petróleo mundial e na China, cuja demanda é crescente, e possui sua moeda fixa ao dólar.

Além disso, expõe o autor, a especulação financeira que ocorre no mundo das bolsas, tanto no New York Mercantile Exchange (NYMEX), como no International Petroleum Exchange (IPE), acaba por afetar a formação do preço desta mercadoria, tendo em vista que a presença das grandes companhias petroleiras e investidores anglo-saxônicos no conselho de administração, tais como: British Petroleum, Shell, Chevron-Texaco, Conoco Philipis e Exxon Móbil, conferem, evidentemente, vantagens de acordo com seus interesses. Assim, de acordo com Jalife-Rahme (2005, p.321) “o duopólio das bolsas privadas NYMEX/IPE, propriedade dos bancos e petroleiras anglo-saxônicas, determina o preço do petróleo e do gás em um negócio fechado”.

Por esta razão, se pode considerar que a presença de petroleiras anglo-saxônicas – lê-se maioria estadunidense – no âmago do mercado especulativo molda ações imperiosas para atender aos interesses de um grupo que conforma um sistema integrado único com a rede de produção doméstica dos Estados Unidos, de tal forma que torna irreal a condição de existência do livre mercado.

Desde o início das primeiras descobertas de jazidas de petróleo, os países produtores, especialmente do Oriente médio, por meio de um sistema internacional de concessões consentiam às grandes companhias petrolíferas além do controle das concessões, os direitos exclusivos de exploração, perfuração e construção de oleoduto. Diante disto, as grandes companhias petrolíferas decidiam unilateralmente o preço do petróleo e dividiam parte dos resultados da operação com os governos concessionários, os quais não possuíam nenhum controle sobre o número de perfurações e tampouco do volume de exportações. (FIELD, 1975).

[...] além disso, nas áreas de concessão, as companhias exerciam uma autoridade quase colonial. Os pagamentos ao governo, além de uma quantia inicial e do aluguel, eram feitos sob a forma de *royalties* pré-fixados de cerca de vinte centavos por barril. O preço do petróleo cru era, naqueles tempos, matéria de pura alçada das companhias e não tinha nenhuma conexão com as rendas do governo. (FIELD, 1975, p. 18)

De acordo com Field (1975), os pagamentos de royalties feitos aos governos concessionários durante a década de 30 foram de forma geral baixos, especialmente devido à ínfima expressão atribuída à exportação de petróleo na área do Golfo em 1938, contrastando com o que acontecia nos Estados Unidos e na Venezuela, no mesmo ano. Em números, as exportações no golfo representavam uma média de 320.000 b/d (barril¹ por dia), enquanto os Estados Unidos produziram 3,5 milhões b/d e a Venezuela cerca de 600.000 b/d.

O baixo nível de exportações de petróleo na área que possuía a maior quantidade de concessões, pondera Field (1975), não permitia que os governos concessionários pudessem se apropriar de maneira “justa” e convincente de parte dos resultados e, a próprio juízo, nem mesmo em casos de expressiva exportação como o que acontecia com a Venezuela. Principalmente porque estavam “amarrados” aos contratos de concessões, em que conformavam o pagamento das petroleiras aos governos à uma taxa fixa de royalties

¹ Um barril de petróleo corresponde à 159 litros.

estabelecia pela Lei de Minas de 1910 e ao percentual de royalties de 9% estabelecido pela Lei de Hidrocarbonetos de 1922.(FIELD, 1975)

Diante da percepção de “perda” dos governos, esta sob o ponto de vista das classes nacionais, houve a necessidade desses governos de controlar e regular as concessões. Foi quando em 1943, os venezuelanos promoveram uma reforma petroleira em cooperação com as companhias petrolíferas, que corroboraram com um incremento imediato dos royalties que era de 9% para, aproximadamente, 16,66%. Além disso, ocorreu a aprovação da Lei do Imposto sobre a renda que estabelecia a soberania impositiva do Estado e incrementava a quantia dos impostos. (LANDER, *in* OURIQUES, 2005).

Ainda assim, o sistema internacional de concessão não era tão conveniente quanto parecia, razão pela qual, os venezuelanos enviaram ao Golfo uma delegação para explicar as vantagens da divisão do lucro ao meio que haviam posto em vigor em 1948. De acordo com este novo sistema, os produtores tomavam um preço de referência – preço pelo qual a companhia petroleira venderia o petróleo à terceiros - deduziam os custos de produção e taxavam o saldo de 50%. “Incorporou o que ficou conhecido como fifty-fifty, que garantia ao Estado uma participação nos lucros nunca menor que 50% e que terminaria sendo um padrão assumido pelos outros países produtores” (LANDER, *in* OURIQUES, 2005, p. 50).

Mommer (2003) expõe que no mercado mundial, os preços do petróleo giravam sempre em torno do preço do petróleo dos Estados Unidos devido à importância deste país como produtor. Não apenas por este motivo, é importante ressaltar, a próprio juízo, a motivação quanto ao poder unilateral e imperialista daquele país ao longo do tempo sobre todo o mundo nas mais diversas situações.

Ao que se refere à formação do preço, de acordo com Fuser (2008), as companhias petroleiras - maioria estadunidense - adotavam um sistema de preços em que o preço do petróleo no mercado mundial refletia a igualdade entre o preço CIF do petróleo de todo o mundo, ao preço FOB do petróleo estadunidense somados aos custos de transporte. Isto resguardava a posição dos Estados Unidos como exportador de petróleo. Após a segunda guerra, em que os Estados Unidos passaram à posição de importador de petróleo, o preço do petróleo no mercado mundial passou a ser calculado por uma nova fórmula. Segundo Fuser (2008), o preço FOB dos países exportadores era igual ao preço CIF dos Estados Unidos descontando o custo dos transportes dos países exportadores. Isto levava a crer que, aparentemente, todo o petróleo comercializado no mercado era produzido no golfo do México.

O interesse por este sistema de formação de preço era resguardar a posição dos Estados Unidos como principal exportador frente aos seus concorrentes, razão pela qual nenhum outro petróleo poderia ter o preço diferente do petróleo americano similar. De tal modo que garantia ao petróleo estadunidense a competitividade em qualquer parte do mundo.

Em outras palavras, esse sistema de formação de preço objetivava igualar o preço do petróleo estadunidense, cujo custo de produção era maior, ao preço do petróleo do Oriente médio. Consequentemente, o preço do petróleo do Oriente Médio se tornava mais caro visto que o custo de produção e frete do petróleo era menor em relação aos norte-americanos. Para igualar os preços estadunidenses ao do Oriente Médio, expõe Lodi (1989), havia a necessidade de incorporar ao preço do petróleo do Oriente Médio um elemento chamado de “frete fantasma”, como uma “saída” para incrementar o preço, em que as companhias petrolíferas a mercê dos contratos de concessão e exploração naquela área, se apropriavam.

Em suma, este sistema de formação de preço adotado pelas companhias petrolíferas no Oriente Médio, refletia além dos seus próprios interesses a astúcia em resguardar os interesses do país seu país de origem - dos quais muitas delas não se desvinculavam - em se apropriar dos lucros petrolíferos.

A partir de 1940, os governos que concederam as permissões de produção e exploração às companhias petrolíferas, perceberam que estavam tendo desvantagem com a exploração e, influenciados pela onda de nacionalização que se seguia, iniciaram uma mudança na estrutura de concessão de exploração das jazidas, dando início a um processo de estatização das companhias que se encontravam em seus territórios. Mediante a isso, decidiu-se criar então a OPEP em 1960, cujo objetivo era estabilizar e estabelecer o preço internacional do petróleo e conseqüentemente ter maior controle sobre a renda petrolífera que era gerada por suas jazidas. (FIELD, 1975)

Os países co-fundadores da OPEP foram o Iran, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela. Mais tarde aderiram a Organização o Catar, Indonésia, Líbia, Emirados Árabes Unidos, Argélia, Nigéria, Equador e Angola. O Equador que aderiu à OPEP em 1973 suspendeu sua adesão em 2007 e a Indonésia que aderiu a OPEP em 1962 suspendeu sua adesão à OPEP em janeiro de 2009.

Não obstante a criação da OPEP representar de início um obstáculo à liberdade absoluta das companhias em fixar o preço do petróleo, as grandes companhias petrolíferas não perderam sua importância, e inicialmente ignoram a Organização recusando a participação nas negociações coletivas para a formação dos preços de mercado. (JALIFE-RAHME, 2005)

Segundo Jalife-Rahme (2005), somente a partir de 1970 que os países membros da OPEP passaram a controlar a produção e o preço do petróleo no mercado ao variar seu nível de produção, e com isso trazendo desequilíbrios e volatilidade aos preços.

A concentração das reservas, produção e exportação de petróleo pelos países membros da OPEP, permitiram o domínio na determinação do preço desta mercadoria de 1970 a meados dos anos 80. Os países membros da OPEP, antes cedentes para a exploração de suas jazidas, tornaram-se diretamente vendedores do petróleo que produziam e, de forma cartelizada estabeleciam modificações no preço internacional do petróleo de acordo com seus interesses.(JALIFE-RAHME, 2005)

Os dados apresentados na Tabela 1 referem-se às reservas, produção e exportação de petróleo pelos países membros da OPEP no ano de 2008.

Tabela 1 – Reservas, produção e exportação de petróleo da OPEP

PAÍSES MEMBROS OPEP	RESERVAS PROVADAS DE PETRÓLEO (MILHÕES DE BARRIS)	PRODUÇÃO DE PETRÓLEO BRUTO (1000 b/d)	EXPORTAÇÕES DE PETRÓLEO BRUTO (1000 b/d)	LOCALIZAÇÃO
Angola	9.500	1.896,3	1.044,5	África
Arábia Saudita	264.48	9.198,0	7.321,7	Médio Oriente
Argélia	12.200	1.356	840,9	África
Catar	25.405	842,8	703,1	Médio Oriente
Emirados Árabes Unidos	97.800	2.572,2	2.343	Médio Oriente
Equador	6.511	501,4	348,4	América do Sul
Indonésia	3.990	856,7	294,1	Sudeste da Ásia
Iran	137.620	4.055,7	2.438,1	Médio Oriente
Iraque	115.000	2.280,5	1.855,2	Médio Oriente
Kuwait	101.500	2.676,0	1.738,5	Médio Oriente
Líbia	44.271	1.721,5	1.403,4	África
Nigéria ²	37.200	2.017,4	2.098,1	África
Venezuela	172.323	3.118,5	1.769,6	América do Sul
TOTAL OPEP	1.027.383	33.093,0	24.189,9	

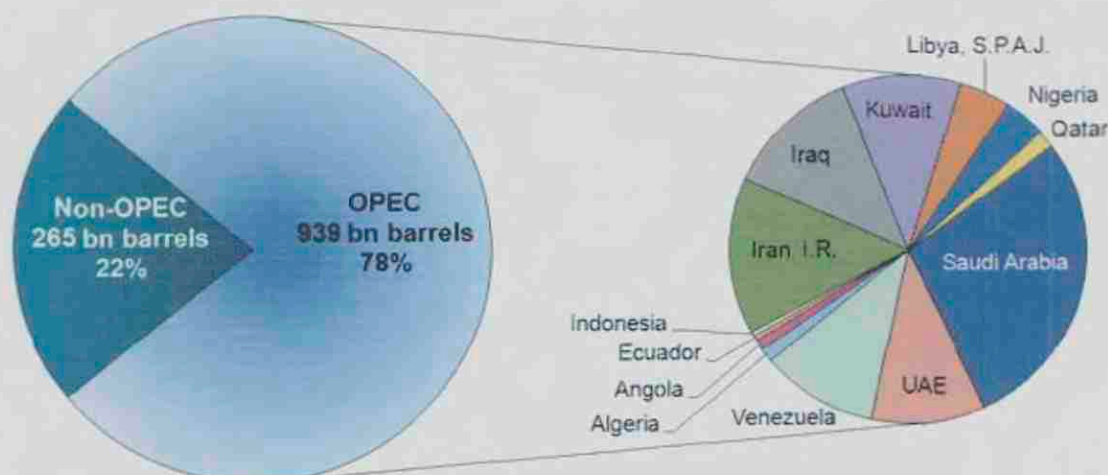
Fonte: Annual Statistical Bulletin 2008 – OPEC

² Os dados de produção e exportação de petróleo deste país disponíveis no anuário da OPEP de 2008 são conflitantes, e o esclarecimento não foi possível.

De acordo com o *Annual Statistical Bulletin 2008*, as exportações dos países membros da OPEP representavam cerca de 24.189,9 bilhões de b/d de todo o petróleo comercializado internacionalmente. É possível verificar nos dados apresentados que a Arábia Saudita concentra a maior parte das reservas provadas da OPEP, seguida pela Venezuela e pelo Irã, respectivamente. Em números, a concentração de reservas provadas de petróleo dos países membros da OPEP representava um total de 1.027.383 trilhão de barris de petróleo.

A Figura 1 ilustra a divisão das reservas provadas de petróleo em 2007 entre os países membros da OPEP representando 78% do total mundial das reservas de petróleo, e os países não-OPEP que representavam apenas 22% das reservas provadas.

Figura 1 – Divisão das Reservas Mundiais de Petróleo



Fonte: OPEP

Contudo, a concentração de reservas petrolíferas que assegurou à OPEP a partir de 1970 até meados de 1980 um forte papel no mercado petrolífero internacional de fixação dos preços, não mais reflete a atualidade.

Desde o “choque do petróleo” de 1973, a dependência estadunidense em relação aos combustíveis importados mostrou-se ainda mais aguda, e a “solução” adotada por este país ao

longo dos anos tem sido a mobilização de recursos políticos e militares para garantir fontes seguras de petróleo no exterior, especialmente no Oriente Médio. (FUSER, 2008)

A partir de 1983 os Estados Unidos, sob o comando de Reagan, intervieram no Oriente Médio com mais frequência e intensidade, movidos essencialmente pelo interesse no petróleo. A intenção era, de acordo com Fuser (2008, p. 159), “garantir o acesso ocidental ao petróleo, preservar a estabilidade regional, deter uma agressão soviética e, finalmente, conter e reverter a difusão da influência soviética.” Para consolidar sua “hegemonia” na região, os Estados Unidos desejavam contar com aliados locais que fossem confiáveis e equipados sob o ponto de vista militar, que segundo Fuser (2008, p.160), “ajudariam a prevenir o surgimento de regimes hostis aos interesses do ocidente, constituiriam uma barreira contra os soviéticos e poderiam intervir em guerras de menor intensidade [...]”. No entanto, houve uma rejeição por parte dos países do Golfo ao “consenso estratégico” entorno da “contenção” da União Soviética proposto pelos Estados Unidos. Havia a preocupação de que uma coligação anti-soviética com os Estados Unidos fugisse aos interesses dos próprios países, justificada, especialmente, pelo descaso do governo de Reagan com relação aos palestinos nas mãos de Israel e pelos ataques israelenses ao Iraque com armas norte-americanas sem o consentimento do Estados Unidos. (FUSER, 2008)

O ataque inesperado de Israel ao Iraque, segundo Fuser (2008), realçou a inquietação da Arábia Saudita com sua segurança perante a ameaça de Israel e a percepção de que a aliança com os Estados Unidos estava contra seus interesses. A Arábia Saudita naquele período estava construindo sua Força Aérea e a repercussão negativa do ataque de Israel ao Irã complicou a venda de equipamentos militares dos Estados Unidos - principal fornecedor - àquele país. As negociações para o fornecimento de armas à Arábia Saudita supostamente para se prevenir de um ataque aéreo do Irã iniciaram antes do governo Reagan e, uma recusa seria interpretada como uma política pró-israelense.

O descontentamento de Israel com a venda de aviões à Arábia Saudita foi imediato. Mas, mesmo sob a pressão de Israel aos congressistas com o argumento de que os armamentos militares que os Estados Unidos pretendiam vender à Arábia Saudita poderiam ser empregados contra Israel, Reagan deixou claro seu compromisso com a segurança da Arábia Saudita e, que não permitiria que aquele país caísse nas mãos de alguém que pudesse vir a cortar o petróleo árabe. Nas palavras de Reagan: “Não existe a menor possibilidade[...] de que nós fiquemos parados vendo a Arábia Saudita cair nas mãos de alguém que venha cortar o petróleo de lá”. (FUSER, 2008, p.162).

A presença imperialista estadunidense no Oriente Médio em grande parte pelo interesse no petróleo, garantiu o enfraquecimento da OPEP em determinar o preço do petróleo a partir de 1983.

Desde então, o papel da OPEP no mercado petrolífero passou a fazer referência quanto à possibilidade de restringir sua produção de petróleo, buscando “estabilizar” o mercado petrolífero e evitar flutuações de preços prejudiciais e desnecessárias.

Não obstante a presença do imperialismo estadunidense no Oriente Médio, outros fatores acentuaram o enfraquecimento da OPEP. De acordo com Mendes (2004), a “divergência” de interesses existentes entre os países membros iniciou um abalo na estrutura da Organização. De acordo com o autor, as medidas que eram tomadas quanto ao petróleo, não atendiam satisfatoriamente aos interesses de todos os membros. Existiam grupos de países como, Venezuela, Nigéria e Argélia, que eram dependentes de suas rendas petrolíferas, cujas reservas eram menores, e por isto necessitavam de retornos imediatos. Do mesmo modo, existiam países com grandes reservas, e menos dependentes das receitas de exportação, como a Arábia Saudita, Kuwait e Emirados Árabes, que concordavam com um preço competitivo e permanente. Deste modo, iniciava dentro da Organização uma “disputa” que dificultava as práticas do cartel, prejudicando o estabelecimento de cotas de produção ao tempo que exacerbavam os conflitos internos deteriorando o domínio do mercado.

Sem dúvida a dificuldade de os países membros manterem uma atuação coesa principalmente em fases de cortes de produção que pode decorrer do aumento da oferta de petróleo pelos países não-OPEP ou num momento de retração da demanda global, que configura uma importante mudança no contexto de uma oferta limitada e concentrada, especialmente, porque existem fortes anseios de uma conduta individualizada para escapar das perdas nas receitas, acabou por confirmar o enfraquecimento da OPEP.

Além disso, não há como afirmar categoricamente, que as ações da OPEP em fixar o preço, tenham sido apenas de acordo com seus interesses, tendo em vista que a presença do imperialismo estadunidense no Oriente Médio era marcante.

Em consequência ao enfraquecimento da OPEP, a partir de 1986 o preço do petróleo passou a ser determinado no mercado futuro do petróleo, NYMEX, ao qual pertenciam ao conselho de administração as companhias petrolíferas e banco de investimentos anglo-saxônicos. Assim, o preço passou a ser determinado pelas transações de interesses das petrolíferas em um movimento do preço *spot* - transação a vista - nos mercados futuros. (JALIFE-RAHME, 2005)

De acordo com Jalife- Rahme (2005, p. 151), “o NYMEX não somente é o antídoto da OPEP mas, veio por meio de especulação financeira para controlar de fato o mercado petrolífero em que a OPEP tornou-se apenas um instrumento da vontade dos bancos investidores.” De certa forma, não é mais surpreendente que as companhias petrolíferas sirvam de interesses políticos e econômicos dos seus governos, sobretudo dos Estados Unidos, que passara de grande exportador a importador de petróleo nos anos posteriores a segunda guerra.

Sob a condição de maior consumidor de petróleo e valendo-se da força e do poder imperialista “outrora” exercido, os Estados Unidos, agem de acordo com seus interesses, razão pela qual, pode-se justificar o acordo de redução de preço firmado com a Arábia Saudita em 1985, a invasão ao Iraque com o pretexto de procurar armas de destruição em massa e as sanções econômicas ao Irã. (JALIFE-RAHME, 2005).

De acordo com Jalife-Rahme (2005), a iminente “decadência” hegemônica dos Estados Unidos perante o sistema capitalista global que supostamente marca uma presumível passagem de um mundo de ordem unipolar - poder estadunidense - para o mundo de ordem multipolar, supõe-se sob a liderança da China - torna-se incapaz de desconsiderar a importância notável daquele país envolvendo as mais diversas questões, dentre elas a energética.

Contrariando aos interesses estadunidenses, o acordo realizado entre Irã e China - este último considerado a maior ameaça desta ordem unipolar - para a exploração de 10 milhões de toneladas por ano de gás por um período de 25 anos é um sinal da “decadência” do poder hegemônico dos Estados Unidos especialmente nas questões energéticas. Segundo Jalife-Rahme (2005), este acordo quebra um tabu estadunidense ao mercado iraniano de que nenhuma companhia podia investir mais que 20 milhões de dólares no Irã, com isso revelando um sinal considerado “desastroso” de novas tendências emergentes em uma região que é considerada vital aos interesses dos Estados Unidos.

Recentemente, a Venezuela e o Irã firmaram um acordo de investimento recíproco em seus setores de energia de US\$ 760 milhões. Segundo o acordo, a estatal venezuelana, Petróleo da Venezuela S/A (PDVSA), investirá esta quantia no desenvolvimento de um gigante campo de gás natural iraniano no Golfo, enquanto que o Irã aplicará o mesmo valor nos campos petrolíferos venezuelanos de Dobokubi e Ayacucho. Além disso, a Venezuela se comprometeu a exportar ao Irã 20 mil barris de petróleo por dia, pois, embora o Irã seja o quinto maior exportador mundial de petróleo, suas refinarias apresentam déficit para suprir o

mercado interno. O país exporta 40% de sua gasolina, enquanto importa 120 mil barris de combustível.

Diante do que já foi mencionado, pode-se verificar que a formação do preço no mercado internacional do petróleo tem em seu cerne a presença de questões políticas e financeiras importantes. Todavia, especialmente ao que se refere à crescente alta do preço, Jalife-Rahme (2005) considera a existência de fatores de origem e alcances muito diversos tais como: a dificuldade da OPEP em controlar a produção, a especulação financeira, o terrorismo, a debilidade de capacidade de produção, a questão geopolítica do Oriente Médio e nos países produtores de petróleo, além de todas as explicações à relevância do interesse estadunidense, embora representem sua extrema importância, ainda não ilustram de forma suficiente a alta do preço do petróleo. A alta do preço é o assunto do qual tratará a próxima seção.

4.1.2.1 Sobre a alta do preço do petróleo

A constatação do crescimento da demanda por petróleo em razão da sua significativa participação na matriz energética mundial mostra uma demanda relativamente “inelástica” quanto ao aumento do preço no curto prazo, ou seja, não é porque os preços vão subir que a demanda vai cair, dado que as necessidades energéticas continuam existindo. Esta afirmação vem ao encontro da crescente demanda conjugada com a alta do preço desde 2002, atribuída especialmente pela carência energética da China e Índia. (JALIFE-RAHME, 2005)

Dados confiáveis, dos quais se tem conhecimento desde 2004, tem demonstrado uma perspectiva tendencial no aumento da demanda. Os dados divulgados em 2008 pelo *World Oil Outlook - OPEC*, assegurava uma projeção de aumento da demanda mundial de petróleo para 2030 de 113,4 milhões de barris por dia (mb/d) representando um aumento médio anual de 1,2 mb/d. Este prognóstico foi realizado com base nas expectativas e projeção de crescimento populacional global e pelas necessidades energéticas, especialmente dos países asiáticos em ascensão, China e Índia. Anualmente a OPEP publica os dados referentes ao petróleo baseando-se nas “condições normais” de avaliação, portanto, os dados apresentados anteriormente não levaram em consideração a crise financeira que eclodiu no final do ano de 2008.

De fato, o impacto da crise financeira, gera um menor crescimento econômico, o que acaba afetando o consumo de petróleo em todos os setores, principalmente no setor de transportes. Com o crescimento econômico já delineado pela crise financeira, a recente publicação do *World Oil Outlook- OPEC 2009*, fez uma nova projeção futura da demanda mundial de petróleo. Os resultados aparecem na Tabela 2.

Tabela 2 – Projeção da Demanda Mundial de Petróleo de 2008 até 2030.

	2008	2010	2015	2020	2025	2030
	(mb/d)	(mb/d)	(mb/d)	(mb/d)	(mb/d)	(mb/d)
América do Norte	24.3	23.4	23.6	23.4	23.1	22.8
Oeste da Europa	15.2	14.6	14.5	14.3	14.1	13.8
OCDE Pacífico	8.0	7.5	7.4	7.2	7.0	6.8
Total da OCDE	47.5	45.5	45.5	45.0	44.3	43.4
América Latina	4.8	4.8	5.2	5.6	5.9	6.2
Oriente Médio e África	3.2	3.3	3.7	4.2	4.7	5.2
Sul da Ásia	3.5	3.5	4.4	5.5	6.7	8.2
Sudoeste da Ásia	5.8	5.9	6.6	7.4	8.2	9.0
China	8.0	8.3	10.4	12.3	14.1	15.9
OPEC	7.7	8.2	9.0	9.8	10.6	11.5
Países em desenvolvimento	33.0	34.0	39.3	44.8	50.2	56.1
Ex União Soviética	3.1	3.2	3.3	3.5	3.6	3.7
Outros países da Europa	2.0	1.9	2.1	2.2	2.3	2.4
Economias de Transição	5.1	5.1	5.4	5.7	5.9	6.1
Mundo	85.6	84.6	90.2	95.4	100.4	105.6

Fonte: World Oil Outlook 2009 - OPEC

Como se pode perceber nos dados do *World Oil Outlook* publicado pela OPEP, existe uma previsão de crescimento da demanda por energia nos países em desenvolvimento em ritmo mais veloz que a média do planeta, passando de 35% em 2008 para 46,9% em 2010 e mais da metade em 2030.

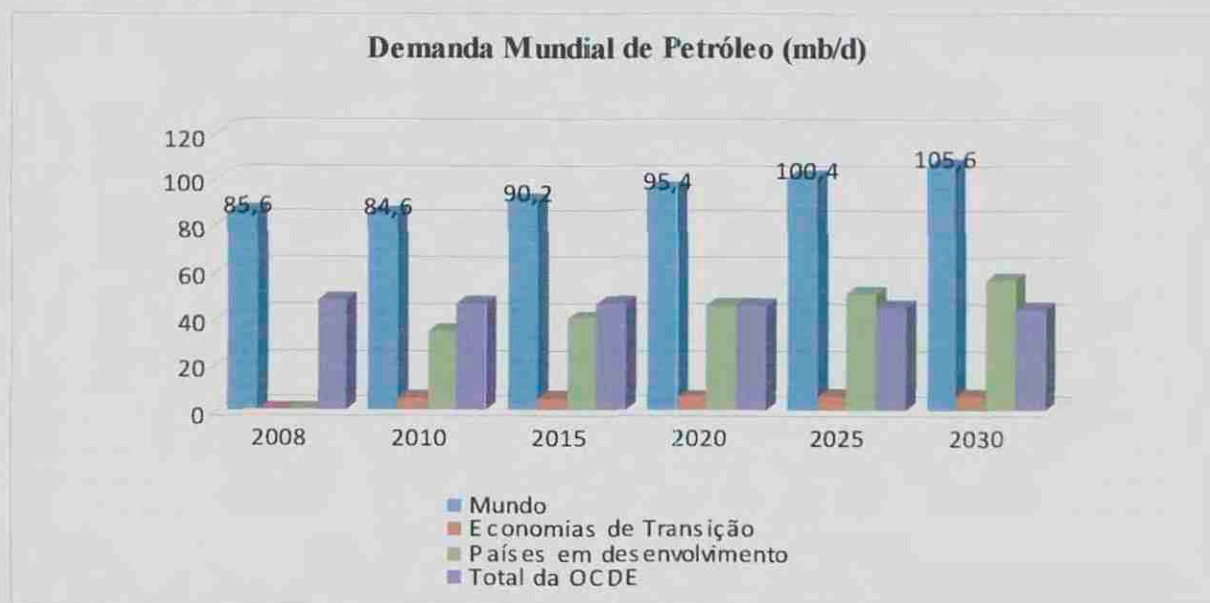
Os outros dois grupos de países incluídos nessa projeção são os que integram a OCDE e as chamadas economias de transição da qual integram a Ex-União Soviética e os países da Europa.

A principal fonte de incremento da demanda por petróleo será dos países em desenvolvimento, resultado do crescimento mais rápido da economia e da população principalmente dos países asiáticos, cuja procura em 2030 representará 56,1 mb/d.

No longo prazo, de modo geral, devido à crise econômica mundial, a expectativa de consumo global se, comparado aos dados divulgados em 2008, teve uma revisão para baixo. Mas, ainda assim, há a expectativa de que o crescimento da demanda global de petróleo seja de 20,0 mb/d entre o período de 2008 – 2030, quando em 2030 essa demanda chegar à 105,6 mb/d. Anualmente, o aumento da demanda por petróleo até 2030 corresponderá à uma média de 1,0 mb/d.

A projeção da demanda por petróleo mundial e o aumento expressivo da demanda por petróleo pelos países em desenvolvimento estão ilustrados na figura 2.

Figura 2 – Projeção da Demanda Mundial de Petróleo



Fonte: elaboração própria com base nos dados do World Oil Outlook 2009 – OPEC.

Desde 1859, ano de descoberta das primeiras jazidas, que a demanda mundial sempre foi satisfeita pela oferta. Mas, segundo Jalife-Rahme (2005, p. 80), “chegará um momento, não muito distante, em que o esgotamento geológico se acentuará, e a oferta mundial será insuficiente frente à demanda crescente, o que pressionará os preços a alta”.

Com relação à possibilidade de esgotamento das reservas de petróleo global, segundo a *International Energy Agency* (IEA) a expectativa atual é de que ocorra uma redução natural da produção dos poços petrolíferos mundiais de cerca de 6,7% e uma perspectiva de 8,6% para 2030.

Assim, ao que se refere à capacidade de abastecimento do petróleo no mercado mundial, pode-se avaliar uma redução na oferta do petróleo até 2030 frente ao incremento da demanda relacionado à necessidade energética da Ásia, em especial da China, conforme constado anteriormente nos dados da Tabela 2.

Como a tendência para os próximos anos é que o petróleo ainda se mantenha como a principal fonte energética não obstante o surgimento de novas fontes alternativas de energia, esta redução natural na oferta de petróleo tenderá a se traduzir em aumento no preço. Parafraseando Jalife-Rahme (2005), nem mesmo a descoberta de novos campos petrolíferos será capaz de suprir a necessidade da demanda o que poderá pressionar os preços para a alta, refletindo o caráter exaurível deste recurso natural.

Paradoxalmente, existirá a necessidade de aumentar a oferta em momentos de redução de produção dos poços petrolíferos refletindo o curso natural de um recurso não renovável. A iminência do esgotamento deste recurso poderá configurar um aumento desastroso e inevitável do preço do petróleo no mercado internacional, conjugado aos interesses dos agentes intervenientes do mercado, refletindo seu controle e grau de poder. A característica finita do petróleo é categoricamente afirmada por Vasconcellos e Vidal (1998, p.255) “a energia das formas fósseis, porém, podem ser exauridas porque leva eras geológicas para se formar e, uma vez formada, é finita”.

As previsões energéticas tem incorporado a expectativa de escassez e, essa possibilidade de esgotamento tem trazido incertezas quanto ao mercado futuro do petróleo. Por esta razão, existe a preocupação em acelerar os avanços tecnológicos, conforme ao que ocorre nos Estados Unidos e em alguns países europeus, para substituir o petróleo - combustível fóssil - pelas fontes renováveis.

A preocupação iminente de esgotamento de petróleo conforma um aumento permanente dos preços, refletindo o momento em que a oferta não mais atenderá a demanda. Além disso, a expectativa da alta permanente do preço deve-se também ao fato de que os custos de produção tendem a crescer à medida que as reservas vão diminuindo tendo em vista a necessidade de incorporar novos equipamentos ou aplicação de novas técnicas. (JALIFE-RAHME, 2005).

De acordo com a *Energy Information Administration* (EIA), os custos de produção do petróleo bruto estão relacionados à diversos fatores como a localização de possíveis reservas, que podem estar em terra ou em águas profundas e ainda às características físicas como a pressão. A exploração de petróleo em águas profundas dispõe de um custo maior em relação à exploração em terra.

A introdução de novas tecnologias embora tenha permitido trazer cada vez mais petróleo para a superfície dos mais remotos reservatórios em profundidades cada vez maiores, como por exemplo, a exploração de petróleo nas águas profundas do México, tem se traduzido em elevados custos de produção. Este será um dos desafios do Brasil com a mega descoberta do petróleo marítimo, dispor de tecnologia para sugar o petróleo localizado abaixo da camada de sal a uma profundidade de mais de 5000 metros. Embora, ainda, não seja possível precisar qual será o custo de produção do petróleo marítimo brasileiro, uma vez que a exploração ocorre no molde “piloto” e não nos moldes de exploração comercial, uma coisa é certa, o custo de exploração do petróleo abaixo da camada de sal será consideravelmente superior aos custos de produção atuais. Estes serão referência para a definição de patamares mínimos dos custos de exploração do petróleo marítimo. Conforme dados da Petrobrás, os custos médios anuais de produção do barril de petróleo, já considerando os pagamentos de tributos ao governo, representaram de 1999 até 2008, US\$, 5,40, US\$, 7,10, US\$ 6,55, US\$, 8,56, US\$ 10,77, US\$ 14,69, US\$ 17,63, US\$ 19,37 e US\$ 26,07, respectivamente. No primeiro trimestre e segundo trimestre de 2009, os custos de exploração foram de US\$ 14,69 e US\$ 19,50, respectivamente.

Em relação à acessibilidade das reservas, segundo a EIA, a OPEP possui a menor média de custos de produção na indústria petrolífera, já que alguns de seus membros possuem grandes quantidades de petróleo em locais considerados razoavelmente acessíveis.

Por fim, fatores como as características físicas do petróleo bruto, como por exemplo a pressão, também são relevantes e afetam o custo de produção, dado que essas características variam entre as diferentes localizações geográficas.

4.2 Conclusão

A apreciação acerca de como se forma o preço internacional do petróleo tornou-se relevante para se estabelecer importantes distinções entre os aspectos teóricos e a realidade apresentada. O contexto que envolve o petróleo e seu preço permite emitir o juízo de que para compreender a formação do preço neste mercado não se pode trata-lo de forma simplista.

A organização do mercado do petróleo se dá por uma dinâmica que não reflete um contexto de relações econômicas iguais, mas sob a ótica da relação de forças entre os agentes intervenientes que são capazes de interferir no quadro de relações internacionais, políticas e

econômicas. O preço, por conseguinte, é o resultado de múltiplos interesses e objetivos dos agentes intervenientes do mercado aliado às questões naturais e econômicas, descartando a análise simplista de auto-ajuste do mercado sob o equilíbrio entre a oferta e a demanda. O interesse explícito desses agentes no petróleo reflete essencialmente no preço do petróleo a ser determinado, marcado, sobretudo, pela presença do imperialismo estadunidense.

Partindo do princípio de que o preço do petróleo sofre pertinentes e constantes influências políticas e econômicas, a forma como é determinado difere em muitos aspectos dos considerados pelas teorias referidas. Porém, pode-se dizer que a formação do preço do petróleo se afasta dos pressupostos da teoria neoclássica e, um pouco menos da teoria marxista do valor.

As intervenções, corriqueiras, no âmago do mercado do petróleo contradizem os postulados neoclássicos de auto-regulação do mercado com tendência ao equilíbrio, uma vez que o mercado do petróleo não possui uma oferta ou demanda fixa, mas, uma oferta e demanda que não tem sido determinada fora de controle político, notadamente, realizado pelos Estados Unidos. Por esta razão, não é possível analisar o mercado petrolífero conforme um mercado que aparece como uma “instituição” que facilita as trocas, cujas variações nos preços se dão pela oferta e demanda. Ao se ponderar o comportamento do preço no mercado do petróleo, à luz da teoria neoclássica, percebe-se que seu pressuposto é uma abordagem apenas parcial e enganosa.

Ainda que o equilíbrio entre a oferta e a demanda seja um fator que explique, temporariamente, as oscilações no preço do petróleo, não restam dúvidas de que não é o ponto crucial para a determinação do preço e, nem está a mercê dos movimentos involuntários do mercado, mas, ao contrário, o fenômeno “equilíbrio” entre a oferta e demanda conforme tem se apresentado na realidade, tem sido forçosamente ditado pela ordem imperialista. É importante ressaltar que esta não é apenas a realidade do mercado de petróleo, é - senão de todos os mercados - a realidade da grande maioria, em que a existência de um poder dominante “dita as regras do jogo”, cabendo aos “subordinados” a aceitarem ou, caso contrário, sofrem com a concorrência predatória. Também não se trata de algo novo, basta se reportar ao mercado de lâmpada elétrica, que por volta do ano 1878 já conformava um monopólio que ditava os preços no mercado tratando de maneira predatória seus concorrentes.

De acordo com o exposto, pode-se emitir o juízo de que a orientação neoclássica, sob seus pressupostos de auto-regulação do mercado, definitivamente, não conforma uma explicação coerente e decisiva que justifique a forma com que o preço do petróleo é cotado.

O fato de o preço do petróleo ser, de acordo com o exposto ao longo deste trabalho, explicitamente determinado conforme os interesses de seus agentes, ou seja, determinado pelo monopólio, acaba se afastando dos pressupostos das duas orientações teóricas de formação de preço.

Contudo, apesar de a teoria marxista também não explicar a formação do preço do petróleo, é relevante dizer que é a que mais se aproxima da realidade exposta, uma vez que esta teoria pondera a existência de um preço de custo, ou valor, distanciado do seu preço de mercado. Esta incongruência entre o preço e o custo que é mostrada pela teoria marxista do valor, é nitidamente verificada na formação do preço do petróleo.

A apreensão de que o preço de custo, ou valor, do petróleo não conforma uma relação próxima ao preço efetivo, ao preço de mercado, implica em dizer que, as eventuais oscilações do preço de custo, não incidem, necessariamente, em oscilações do preço de “mercado”.

Conforme foi constatado, o petróleo possui um preço de custo que é “falseado” pela ação do monopólio, que determina um preço de “mercado” muito superior a ao seu preço de custo. Neste sentido, pode-se afirmar que não existe um preço de “mercado” de petróleo. O preço do petróleo é, um preço monopólico.

CAPÍTULO V

5 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PREÇO DO PETRÓLEO

O ano de 2008 foi palco do início de uma turbulência sem precedentes que se estende aos nossos dias. Com relação aos preços do petróleo, tiveram um aumento recorde no início de julho até cair drasticamente ao final do ano de 2008. Alguns estudiosos relacionam a queda do preço à crise financeira que se originou nos Estados Unidos e que posteriormente se estendeu sobre a maioria dos países, levando a uma deterioração das condições e perspectivas econômicas globais. O nível exagerado dos preços constatados em meados de 2008 esteve, em grande medida, associado aos investimentos especulativos em petróleo. Diante daquele cenário observou-se que o aumento do preço não foi puramente relacionado à forma com que os fundamentos da oferta e demanda foram evoluindo, pois, é importante ressaltar, que em todo o período de preços elevados do petróleo, o mercado, em certa medida, esteve abastecido.

A análise histórica do preço do petróleo que se pretende neste capítulo, busca demonstrar a evolução do preço ao longo do tempo explicitando os eventos específicos que caracterizam um determinado momento. A presença dos Estados Unidos numa região considerada vital aos seus interesses, Golfo Pérsico, será pertinente ao longo da análise. Conforme citado no capítulo anterior, a presença estadunidense em territórios abundantes de petróleo tem interferido, e muito, na formação do preço.

5.1 Sobre o comportamento do preço internacional

Conforme já mencionado, a OPEP foi responsável pela determinação dos preços do petróleo no mercado internacional desde 1970 até meados de 1980. Em razão do seu enfraquecimento, a partir de 1986, a formação do preço do petróleo passou a ser orientada por um novo sistema de preços que se iniciava com movimentos dos preços *spot* nos mercados futuros como o NIMEX e IPE. (JALIFE-RAHME, 2005)

O comportamento do preço internacional do petróleo, ao longo dos anos, tem sido relacionado à episódios que marcaram momentos específicos. Abaixo, os dados da Tabela 3, apresentam os preços nominais do petróleo em relação à 1973 e, fazem alusão aos eventos que caracterizaram o comportamento do preço do petróleo no período de 1970 até 2008.

Tabela 3 – Preço nominal do barril de petróleo e os principais eventos do período de 1970 a 2008

ANO	PREÇO NOMINAL DO PETRÓLEO POR BARRIL (US\$)	PRINCIPAIS EVENTOS
1970	1,67	
1971	2,03	
1972	2,29	
1973	3,05	Embargo de Petróleo Árabe
1974	10,73	
1975	10,73	
1976	11,51	
1977	12,39	
1978	12,70	
1979	17,25	Revolução Iraniana
1980	28,64	Guerra Iran- Iraque
1981	32,51	
1982	32,38	
1983	29,04	
1984	28,20	
1985	27,01	
1986	13,53	Arábia Saudita abandona o papel de produtor residual de petróleo
1987	17,73	
1988	14,24	
1989	17,31	
1990	22,26	Iraque invade o Kuwait
1991	18,62	
1992	18,44	
1993	16,33	
1994	15,53	
1995	16,86	
1996	20,29	
1997	18,68	
1998	12,28	Crise da Ásia
1999	17,48	OPEP reduz sua quota de produção
2000	27,60	
2001	23,12	Ataque terrorista de 11/09
2002	24,36	Greve da PdVSA na Venezuela
2003	28,10	Guerra do Iraque
2004	36,05	
2005	50,64	Furacões Dennis, Katrina e Rita atingem o Golfo do México
2006	61,08	
2007	69,08	
2008	94,45	Aumento da demanda e baixa capacidade de produção; Furacão Gustavo e Ike atingem o Golfo do México; corte de produção da OPEP

Fonte: Annual Statistical Bulletin 2008 – OPEC, Energy Information Administration (EIA)

De acordo com Field (1975), a OPEP foi criada em 1960 sob a necessidade coletiva de aumentar o poder de barganha dos países produtores. No entanto, segundo Jalife-Rahme (2005), somente em 1970, a OPEP passou a exercer “efetivamente” o controle acerca da formação de preços.

Os governos concessionários à exploração de petróleo sob uma percepção de perda na renda petroleira buscavam uma maior participação acionária nas concessões em 1971, ao mesmo tempo em que buscavam através de acordos com as companhias petroleiras arrendatárias, ajustes nos preços do petróleo em meio às resistências e as ameaças de boicotes internacionais.

Uma sequência de eventos contribuiu para a forte alta do preço do petróleo em 1973, implicando no primeiro “choque do petróleo”. Naquele ano, de acordo com Fuser (2008), uma reunião envolvendo os representantes das companhias petroleiras internacionais e os responsáveis pela gestão do petróleo, Irã, Iraque, Abu Dhabi, Kuwait, Arábia Saudita e Catar, pautava um aumento no preço do petróleo, cujo fim não foi o esperado. Diante do impasse na negociação os representantes das companhias petroleiras retornaram aos seus países de origem, enquanto que uma nova reunião entre os delegados da OPEP decidia unilateralmente o aumento do preço, aliado a uma redução na produção de petróleo em 25%.

Simultaneamente, expõe o autor, ocorria o embargo árabe de petróleo aos países que apoiaram Israel na Guerra Yom Kippur resultado da invasão do Egito e da Síria àquele país. Inicialmente o embargo foi aplicado aos Estados Unidos, estendendo-se à Holanda, Zimbábue, Portugal e África do Sul. Todas essas medidas resultaram no drástico aumento do preço do petróleo, enquanto que a OPEP tomava em suas mãos o controle dos preços e dos níveis de produção. Os preços quase quadruplicaram, passando de US\$ 3,05 em 1973 para US\$ 10,73 em 1974.

A revolução islâmica ocorrida no Irã em 1979, segundo Fuser (2008), tem relação com a política estadunidense àquele país, desde o golpe de estado articulado pela CIA em 1953, que além de eliminar o governo Mossadegh, também destruiu a possibilidade de o Irã vir a trilhar uma trajetória de modernização e um regime democrático.

Ainda segundo o autor, sob uma monarquia absolutista do Xá que marginalizou a classe média ao mesmo tempo em que hostilizou a oligarquia rural, o Irã era cenário de inúmeros protestos e manifestações oposicionistas, lideradas pelo clero tradicionalista xiita, que resistia as reformas modernizantes do regime do Xá.

A decisão do governo em fornecer aos militares estadunidenses “instalados” no Irã, a “extraterritorialidade jurídica”, em 1963, tornando-os imunes às leis do país, foi o estopim

para mais um protesto xiita que culminou com muitas mortes. Em razão disso, o Aiatolá Khomeini, destaque do clero tradicionalista, foi preso e exilado. (FUSER, 2008)

Isoladamente, o Xá passou a governar cada vez mais com base na alta hierarquia militar e na repressão exercida pela Savak. A Savak era, de acordo com Fuser (2008, p. 141), “a polícia política célebre pela sua brutalidade”. Assim, aos olhos dos xiitas, a imagem opressora dos Estados Unidos se tornava cada vez mais reforçada em razão dos estreitos laços entre a CIA e a Savak.

Os interesses estadunidenses no Golfo Pérsico, mascarados pelo apoio irrestrito ao Irã, não permitiam aos Estados Unidos terem a percepção imediata da fragilidade do regime do Xá. Mediante ao agravamento dos protestos, em 1979, o desejo estadunidense era de que o Xá se mantivesse no poder, além de evitar que o poder fosse assumido pelo partido comunista, tal como aconteceu na China em 1949. Mas o “impensável” aconteceu. Em meio aos protestos, o Partido Comunista não assumiu o poder, mas o xá teve a iniciativa de deixar o país entregando o poder a um governo centrista. (FUSER, 2008)

Por conseguinte aos protestos, as exportações iranianas de petróleo sofreram uma redução quase que total, elevando fortemente o preço do petróleo. O mercado mundial do petróleo sofria então o segundo “choque”. O preço do petróleo que em 1978 era de US\$ 12,70, em 1979 passou a US\$ 17,25.

Em setembro de 1980 eclode a guerra entre o Irã e o Iraque. A invasão do Irã pelo Iraque teria sido sigilosamente encorajada pelos Estados Unidos, após a derrubada do xá no ano anterior. (FUSER, 2008).

Segundo Fuser (2008), movidos pelo grande interesse no petróleo, os Estados Unidos se envolveram diretamente na guerra Irã-Iraque, quando atacaram alvos iranianos objetivando proteger os navios-petroleiros que transportavam as exportações de petróleo do Kuwait. Além disso, forneciam informações detalhadas acerca dos deslocamentos das tropas iranianas e ajudavam a elaborar planos táticos, definindo uma situação mais favorável ao Iraque.

A turbulência em uma região de grande importância do cenário petrolífero, segundo e terceiro maior produtor mundial de petróleo, de acordo com Mommer (2003), causou pânico nos consumidores que saíram ao mercado em busca de petróleo antevendo uma redução na oferta. Não obstante, alguns membros da OPEP decidiram aumentar radicalmente o preço do petróleo buscando tirar proveito da situação. O preço do petróleo em 1980 representava US\$ 28,64.

Em face da influência na determinação do preço, a OPEP em 1982, estabeleceu um sistema de quotas de produção a todos os seus países membros. A partir deste ano, caberia à

Arábia Saudita exercer o papel de produtor residual, ou seja, aquele país, maior produtor mundial de petróleo, seria responsável pela absorção tanto dos aumentos quanto das baixas da demanda, aumentando e/ou reduzindo sua produção de petróleo. (FUSER, 2008)

Todavia, expõe Fuser (2008), em 1985 a OPEP contemplava uma forte redução na produção mundial de petróleo, de 56% a 29%, se comparada a 1974. Especificamente, para a Arábia Saudita a redução na produção de petróleo representou em 1985, 6,7%. Por esta razão, a Arábia Saudita não era capaz e tampouco estava disposta a manter seu papel de produtor residual, abandonando-o em 1986.

De acordo com Mommer (2003), o abandono da Arábia Saudita do papel de produtor residual de petróleo levou a crise dos preços 1986, ao qual conduziu a sua baixa ao redor de 50%. Esta redução no preço é possível ser verificada na Tabela 3, em que o preço nominal do barril do petróleo em 1985 era de US\$ 27,01 reduzindo-se US\$ 13,53 em 1986.

Em 1990 a guerra do golfo que foi a consequência da invasão do Kuwait pelo Iraque, afirma Fuser (2008, p. 175), “foi o primeiro conflito militar internacional em que o controle pelas reservas de petróleo desempenhou papel central”. Segundo o autor, o Iraque e o Kuwait possuíam juntos 20% das reservas provadas de petróleo de todo o mundo. Tendo em vista que o Iraque tinha condições de influenciar nos preços e no fornecimento de petróleo no golfo pérsico, a anexação do Kuwait pelo Iraque representaria um problema, em um ponto estratégico para a segurança energética dos Estados Unidos. Os preços naquele ano se elevaram à US\$ 22,26, conforme a Tabela 3.

Ao final de 1997 o mercado petrolífero sofria com os efeitos da crise econômica da Ásia que já se estabelecia. Não obstante a crise, a forte redução do preço do petróleo naquele ano ocorreu quando de maneira inesperada a Arábia Saudita principal exportador da OPEP, resolveu aumentar sua produção em 10% inundando o mercado do petróleo contribuindo para a redução do preço (JALIFE-RAHME, 2005).

Ainda, segundo Jalife-Rahme (2005), a revolução energética na Venezuela decorrente de um acordo multibilionário com as transnacionais oleosas de extração do petróleo (cru) do Orinoco, também em 1997, permitiu que aquele país aumentasse de maneira unilateral e desproporcionada sua quota de produção, deixando de levar em conta a política estabelecida pela OPEP, da qual curiosamente foi co-fundadora.

Simultaneamente, diz o autor, o México aumentou fortemente sua produção de petróleo contrariando todos os prognósticos e declarações oficiais de que o petróleo não tinha nenhuma participação na economia.

Esses três países, considerados os principais fornecedores de petróleo dos Estados Unidos, embora tenha parecido apenas uma coincidência, beneficiou com preços baixos os consumidores de petróleo nos Estados Unidos. A redução do preço do petróleo no mercado mundial ajudava enormemente a desinflacionar a economia estadunidense, mais do que qualquer outro país (JALIFE-RAHME, 2005).

Em 1999, o anúncio de redução da cota de produção da OPEP que, por conseguinte, reduziria a oferta de petróleo representou um aumento no preço nominal de US\$ 17,48 em 1999 para US\$ 27,60 em 2000.

Após o ataque terrorista aos Estados Unidos em 2001, “ataque de onze de setembro”, o preço do petróleo vive uma conjuntura “parecida” com a dos anos 70. A tendência do preço tem sido a alta assegurada por interesses geopolíticos, econômicos, financeiros e, por outras motivações que levam à redução da oferta de petróleo no mercado. (JALIFE-RAHME, 2005)

Adotando o ano de 2002 como base até final de 2008, os preços de petróleo dispararam 287,73%. Ao incremento no preço, Jalife-Rahme (2005) relaciona o aumento da demanda mundial de petróleo, principalmente em momento de expectativas de redução de capacidade de produção cuja relação se dá por fatores climáticos, como os furacões ocorridos no golfo do México; cortes de produção realizados pela OPEP; fatores especulativos; fatores geopolíticos; e possibilidade de escassez do recurso natural.

A presença de episódios importantes no âmago da formação do preço do petróleo tem propiciado a sua volatilidade ao longo do período analisado. O comportamento do preço do petróleo e os eventos em determinado momento estão ilustrados na Figura 3.

Figura 3- Evolução histórica do preço nominal do barril do petróleo e principais eventos do período de 1970 a 2008



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Annual Statistical Bulletin 2008 – OPEC e Energy Information Administration (EIA)

5.2 Sobre o preço do petróleo no Brasil

A apresentação da evolução do preço do petróleo no Brasil será elucidativa para a compreensão de que o preço do petróleo brasileiro tem seguido a trajetória do preço internacional.

Como no Brasil o mercado do petróleo ainda é monopolizado pela Petrobrás, suas ações e intenções trazem consigo o mercado, obrigando as outras empresas petroleiras a se adequarem às suas decisões, as quais, considera como cenário futuro. Assim, o preço é, fundamentalmente, cotado de acordo com a deliberação da Petrobrás que procura seguir as oscilações do mercado internacional. Em última instância, o preço do petróleo no Brasil tende a seguir as flutuações no mercado internacional, ora aproximando-se, ora afastando-se, de acordo com fatores conjunturais e políticos.

Na tabela abaixo serão apresentados os preços do barril de petróleo brasileiro no período de 1970 a 2008³. Os preços estão expressos ao dólar do ano corrente e ao dólar de 2008.

Tabela 4 – Preço do barril do petróleo no Brasil no período de 1970 a 2008.

ANO	US\$ CORRENTE/BARRIL	US\$ 2008/BARRIL
1970	1,80	10,02
1971	2,24	11,97
1972	2,48	12,83
1973	3,29	16,01
1974	11,58	50,78
1975	11,53	46,34
1976	12,80	48,62
1977	13,92	49,65
1978	14,02	46,47
1979	31,61	94,13
1980	36,83	96,62
1981	35,93	85,38
1982	32,97	73,78
1983	29,55	64,08
1984	28,78	58,27
1985	27,56	55,23
1986	14,43	28,25
1987	18,44	34,92
1988	14,92	27,24
1989	18,23	31,63
1990	23,73	39,26
1991	20,00	31,73
1992	19,32	29,74
1993	16,97	25,45
1994	15,82	23,23
1995	17,02	24,29
1996	20,67	28,59
1997	19,09	25,91
1998	12,72	17,32
1999	17,97	23,60
2000	28,50	36,24
2001	24,44	30,14
2002	25,02	30,16
2003	28,83	33,75
2004	38,27	43,61
2005	54,52	60,10
2006	65,14	69,58
2007	72,39	75,14
2008	97,26	97,26

Fonte: Petrobrás

³ Os preços do petróleo apresentados nesta seção foram fornecidos pela empresa Petrobrás S/A enviados pelo correio eletrônico no dia 14 de outubro de 2009.

Com base nestes dados, será ilustrada a comparação da evolução dos preços do petróleo brasileiro e internacional na Figura 4, onde permite observar que o comportamento dos preços do barril do petróleo brasileiro acompanha o comportamento dos preços do mercado internacional.

Figura 4 – Comparação do comportamento do preço do barril petróleo brasileiro e internacional no período de 1970 a 2008



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Petrobrás e OPEP.

É importante ressaltar que os preços internacionais do petróleo de acordo com os dados da OPEP estão cotados ao dólar do ano de 1973, enquanto que os preços do petróleo do Brasil utilizados nesta ilustração foram os preços cotados ao dólar do ano corrente. Talvez, por este motivo os preços brasileiros tem sido, em determinado momento, superiores ao preço internacional. Todas as explicações às oscilações dos preços do petróleo ao longo do período foram apresentadas na seção anterior.

Na Tabela 5 estão apresentados os custos anuais de produção de petróleo no Brasil no período de 1999 a 2008⁴. Com base nos custos de produção com participação do governo - custos em que estão inclusos os tributos pagos ao governo - e nos preços de mercado do petróleo no mesmo período, a Figura 5 demonstra a evolução comparativa entre eles. É

⁴ Os custos de produção do petróleo foram fornecidos pela Petrobrás S/A via correio eletrônico enviado em 15 de outubro de 2009.

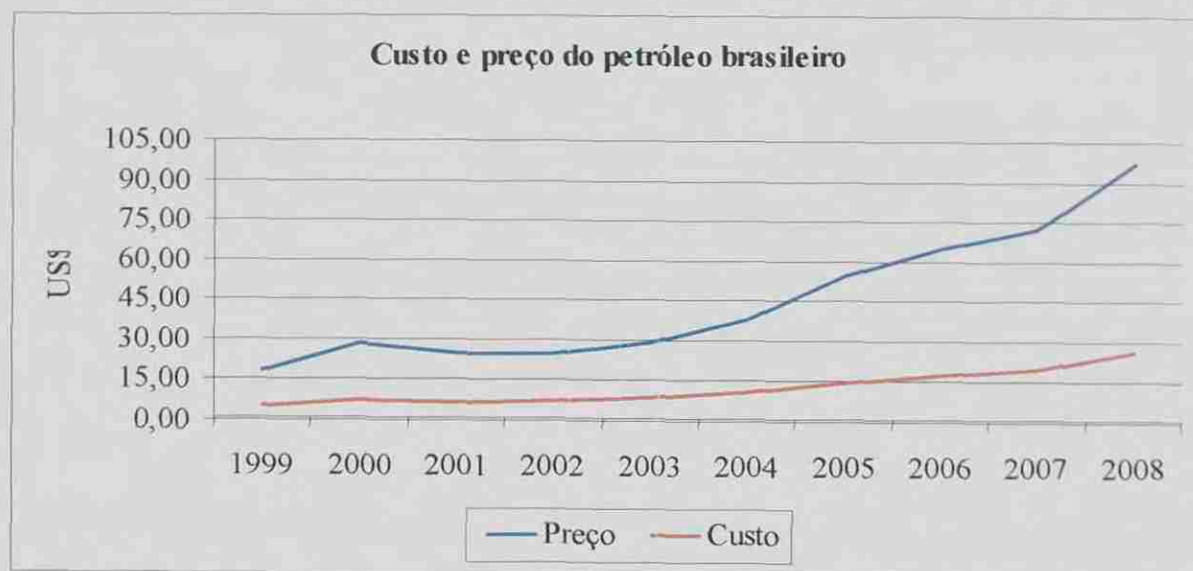
possível verificar que os custos de produção, assim como os preços - salvo as oscilações promovidas pela ação do monopólio neste último - tem se elevado ao longo do tempo, mas, fica evidente o distanciamento existente entre o preço de produção - custos - e o preço monopolizado do petróleo ao qual tem sido historicamente cotado.

Tabela 5 – Custos de produção de petróleo brasileiro no período de 1999 a 2008.

Ano	Custos do petróleo sem participação do governo (US\$/barril)	Custos do petróleo com participação do governo (US\$/barril)
1999	3,19	5,40
2000	3,32	7,03
2001	3,26	6,56
2002	3,01	7,01
2003	3,36	8,57
2004	4,28	10,78
2005	5,74	14,70
2006	6,58	17,37
2007	7,70	19,35
2008	9,25	26,07

Fonte: Petrobrás

Figura 5 – Evolução dos custos de produção e preço do petróleo brasileiro no período de 1999 a 2008



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Petrobrás

CAPÍTULO VI

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apreciação do contexto histórico envolvendo a formação do preço do petróleo permite perceber que a formação do preço no mercado internacional está longe de ter uma análise simplista. No entanto, especialmente a análise do Capítulo IV permite emitir com propriedade um juízo acerca da formação do preço do petróleo no mercado internacional. A constituição deste juízo seguirá uma sequência de três comentários. O primeiro dá conta de ilustrar a disputa pelo acesso e controle do petróleo em territórios onde este recurso se encontra, evidenciando a importância do petróleo como a principal fonte de energia mundial desde o século XIX e, explicitando a forte presença do poder unilateral estadunidense no âmago do cenário petrolífero. O segundo envolve a conclusão da volatilidade do preço no mercado internacional à qual esteve intimamente relacionada à múltiplos fatores: políticos, econômicos, naturais e de poder, historicamente encobertos, pelo ajuste entre a oferta e demanda. O terceiro e último comentário abrange a formação do preço do petróleo no mercado à luz das orientações teóricas de formação do preço, neoclássica e marxista, ilustrando qual das duas se aproxima da real formação do preço do petróleo.

Como o petróleo não está onde se deseja, mas onde a natureza o criou, desde que surgiu como nova fonte de energia para o mundo, o acesso e o controle do petróleo tem sido motivo de inúmeros conflitos geopolíticos, além de estratégias econômicas e de poder. Os países produtores de petróleo sofreram desde o início com a exploração predatória das companhias petrolíferas sob o regime de concessão, as quais ditavam o preço no mercado articulado intimamente à cotação do preço do petróleo estadunidense. É certo, que a presença dos Estados Unidos nas áreas de concessões estava escamoteada pela exploração das companhias petrolíferas nessas áreas que buscavam assegurar que o preço do petróleo estadunidense fosse competitivo em toda parte do mundo.

Em todo o Capítulo IV pode se perceber a influência dos Estados Unidos seja pela presença das companhias petrolíferas nas regiões de concessões, seja pela sua presença militar nestas áreas, cujo intuito sempre foi assegurar o controle e acesso ao petróleo. A presença do imperialismo estadunidense no cerne do mercado petrolífero desde o princípio é um aspecto

relevante, que conforma a formação do preço do petróleo dentro de um contexto de jogo geopolítico, econômico e de poder.

A compreensão da volatilidade que o preço do petróleo tem apresentado ao longo do tempo pode se dar pela análise do contexto histórico no qual o petróleo está inserido. Ainda que a oferta e a demanda não sejam o ponto crucial que determina o preço, sua relevância na formação do preço está em afirmar que a demanda e a oferta, mais precisamente a oferta, se forma num contexto de referência geopolítico e geoeconômico. Como se pode perceber, as interferências do imperialismo estadunidense em episódios específicos ao longo dos anos configuram a oferta de acordo com seus interesses. Por esta razão é lícito afirmar que não existe uma demanda e uma oferta do petróleo propriamente dita, mas uma oferta e demanda que tem sido determinada pelo jogo político da ordem imperialista.

Neste contexto, não há como afirmar que o auto-ajuste do mercado proposto pela teoria neoclássica seja capaz de determinar o preço do petróleo. Mesmo que o equilíbrio entre a oferta e a demanda seja um fator importante para explicar as oscilações no preço do petróleo em determinado momento, aquele é apenas a forma fenomênica pela qual a formação do preço nos é apresentada.

O preço do petróleo internacional tem sido cotado de forma monopolizada. Por esta razão os custos de produção, ou os preços de custos, tem se afastado dos preços de "mercado" do petróleo. À este afastamento entre o custo e preço, a teoria marxista do valor corrobora, quando afirma que o preço, expressão monetária do valor, não expressa a magnitude do valor da mercadoria. Por isso, a orientação marxista, embora não explique a formação do preço do petróleo, é a que mais se aproxima da realidade. Pois, se pode verificar que os preços do petróleo estão muito acima do seu preço de custo e, ainda, que as oscilações no custo não implicam em oscilações nos preços de mercado, já que este é determinado pelo poder de monopólio.

REFERÊNCIAS

ANNUAL Statistical Bulletin 2007 Disponível em: <www.opec.org>. Acesso em: 04 abr. 2009.

ANNUAL Statistical Bulletin 2008 Disponível em: <www.opec.org>. Acesso em: 03 jul. 2009.

ANUÁRIO Estatístico 2008 Disponível em: <www.anp.gov.br>. Acesso em: 31 jul. 2009.

ENERGY Information Sheets Index: Crude oil production. Disponível em: <www.eia.doe.gov>. Acesso em: 03 jul. 2009.

FIELD, Michael. **Cem milhões de dólares por dia: Os fabulosos petrodólares**. Rio de Janeiro: Artenova S.A, 1975.

FUSER, Igor. **Petróleo e poder: o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico**. São Paulo: ed. UNESP: Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, Unicamp e PUC-SP, 2008.

GRISA, Sandro Eduardo. **Dinheiro e Mercadoria: Uma Abordagem Marxista (Para além do Fetiche da Mercadoria)**. 2000. 83 f. Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

JALIFE-RAHME, Alfredo. **Los cinco precios del petroleo**. Mexico: Cadmo & Europa, 2005

JEVONS, William Stanley; MENGER, Carl. **A teoria da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 2002.

LANDER, Luiz E. **Petróleo e Democracia na Venezuela: do fortalecimento do Estado à subversão soterrada e à insurreição aberta, in OURIQUES, Nildo (Org.) Raízes no Libertador: Bolivarianismo e poder popular na Venezuela**. 2ª edição. Ed. Insular, 2005

LODI, Carlos Felipe Guimarães. **Modelo Analítico de Formação do Preço no Mercado Internacional do Petróleo**. 1989. 251 f. Tese (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Cope, Rio de Janeiro, 1989

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. São Paulo: Abril Cultural, v.2, 1982.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica de economia política. 11ª Ed. São Paulo: Bertrand Brasil-difel, v.1, 1987

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**: Salário, Preço e Lucro. O Rendimento e Suas Fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982

MENDES, Andrea Faissol. **Mercado Futuro do Petróleo**: origem e desenvolvimento. 2004. 45 f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ie, Rio de Janeiro, 2004

MIROW, Kurt Rudolf. **A Ditadura dos Cartéis**: Anatomia de um Subdesenvolvimento. 12ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1978

MOMMER, Bernard. **Petroleo global y estado nacional**. Caracas: Comala.com, 2003

PINDYCK, Robert S. RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 4º ed. SP: Makron Books 1999

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto; VIDAL, J.w. Bautista. **Poder dos Trópicos**: Meditação sobre a alienação energética na cultura brasileira. São Paulo: Casa Amarela Ltda, 1999

WORLD Energy Outlook 2008 Disponível em: <www.iea.org>. Acesso em: 03 jul. 2009.